

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**TATIANA DE OLIVEIRA SILVA**

**O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA COOPERSOLAR NO MORRO DO MOCOTÓ:  
A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL E A VISÃO DOS MORADORES**

**FLORIANÓPOLIS /SC  
2008.2**

**TATIANA DE OLIVEIRA SILVA**

**O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA COOPERSOLAR NO MORRO DO MOCOTÓ:  
A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL E A VISÃO DOS MORADORES .**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, orientado pela Profª. Dra. Vera Herweg Westphal.

**FLORIANÓPOLIS/SC  
2008.2**

**TATIANA DE OLIVEIRA SILVA**

**O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA COOPERSOLAR NO MORRO DO MOCOTÓ:  
A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL E A VISÃO DOS MORADORES .**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Centro Sócio-Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Orientadora**

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Vera Herweg Westphal – Universidade Federal de Santa Catarina  
Departamento de Serviço Social

---

**Examinadora**

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Maria Teresa dos Santos – Universidade Federal de Santa Catarina  
Departamento de Serviço Social

---

**Examinadora**

Prof<sup>ª</sup> Mestre Maria Izabel da Silva – Universidade Federal de Santa Catarina  
Departamento de Serviço Social

Florianópolis, Novembro de 2008.

*À minha mãe, Ivone de Oliveira Silva,  
pelo carinho, amor, apoio e incentivo incondicional.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter propiciado minha entrada nesta universidade. Por ter me conduzido e sustentado até aqui, fortalecendo-me cada dia.

Agradeço a minha mãe querida, pelo dom de amar, servir, cuidar... Sempre presente, em todos os momentos, com palavras de incentivo e estímulo. A você mãe, por saber que cada lágrima que derramei na elaboração deste, muitas vezes doeu mais em você do que em mim!

A toda equipe de técnicos da SMHSA. Agradeço por me acolherem, pela oportunidade de estágio e principalmente pela enorme contribuição neste meu processo de aprendizagem.

A minha supervisora de campo Rosangela, pela contribuição nesses “quase” dois anos de caminhada. Além de uma ótima supervisora é uma ótima pessoa, amiga e companheira.

A minha amiga Vera, pela pessoa tão especial que é. Pelo apoio, carinho, conversas, incentivo, horas de sono...

À minha célula amada, pelo carinho, compreensão, incentivo e principalmente pelas orações que tem me acompanhado até aqui. São vocês: Gabriel, Elias, Roberto, Fábio, Daniel, Junior, Jair, Nemora, Tirzá, Dani, Iza, Suellen, Mari, Jair e Aline, Amo vocês!!!

A todas amigas e amigos do curso, em especial: Magda, Vanessa, Graciano, Danni, Juliane, aos quais tive a oportunidade de conviver mais de pertinho e aprendi a amá-los de uma forma muito especial. Como vou viver sem vocês??? Rsr

À professora Vera que me orientou na produção deste, sempre muito atenciosa e prestativa. Amei ter você como orientadora professora!!!

Às professoras Maria Teresa e Izabel que aceitaram prontamente o convite para compor minha banca, como examinadoras.

À todos professores que, ao longo desta caminhada, contribuíram de maneira significativa com minha formação.

Aos meninos da Suporte: André, Alceu e Willian, companheiros de “Coopersolar”, grandes profissionais!!!

Em especial aos cooperados da Coopersolar. Se não fossem eles, não existiria cooperativa, logo não seria possível a elaboração deste.

SILVA, Tatiana de Oliveira. **O processo de implantação da Coopersolar no Morro do Mocotó: a contribuição do Serviço Social e a visão dos moradores.** Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo geral analisar o processo de implantação da Coopersolar, a contribuição do Serviço social e a visão dos moradores envolvidos, com vistas a sistematizar e evidenciar a política de Trabalho e Renda desenvolvida pelo Programa Habitar Brasil BID, como resposta ao enfrentamento do desemprego que é acirrado nas áreas de assentamentos subnormais, locais onde o Programa é desenvolvido, trazendo enfoque à Economia Solidária e ao Cooperativismo, como alternativas eficazes à geração de renda. O mesmo desenvolveu-se por meio de pesquisa bibliográfica e exploratória, utilizando-se, de documentos do arquivo da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, relatórios mensais, manual do Programa Habitar Brasil BID, diário de campo e relatórios de atividades da autora, a qual, como estagiária dessa Instituição, privilegiou, de maneira aproximada e participativa, o acompanhamento de formação deste empreendimento. Como instrumento e técnica da pesquisa, foram utilizados observação participante e entrevistas com cooperados e técnicos envolvidos na implantação da Coopersolar. Autores como Paul Singer, Potyara Pereira e Carmelita Yazbek consubstanciaram o desenvolvimento do presente estudo, fomentado, por meio de embasamento teórico-metodológico, para a compreensão das especificidades de Política Pública, Economia Solidária e Cooperativismo.

**Palavras - chave:** Política de Trabalho e Renda, Economia Solidária, Cooperativismo, Serviço Social.

### **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1	Número de cooperativas no Brasil considerando os ramos de atividade e os números de associados e empregados em 2007.	28
----------	--	----

### **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Ilustração A	Fluxograma das Instituições envolvidas no desenvolvimento do Programa HBB	34
--------------	---	----

### **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1	Diagrama básico de um aquecedor solar	43
Figura 2	Imagem das primeiras reuniões entre Suporte e Coopersolar	49
Figura 3	Imagem de uma das reuniões da cooperativa	50
Figura 4	Imagem do Galpão de Geração de Trabalho e Renda	51
Figura 5	Imagem do dia da Assembléia para constituição da Coopersolar	51
Figura 6	Imagem da mesa que presidiu a assembléia	52
Figura 7	Imagem da capacitação produtiva dos coletores solares	53
Figura 8	Imagem do coletor solar sendo confeccionado	54

## LISTA DE SIGLAS

ACI	Aliança Cooperativa Internacional
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAIXA	Caixa Econômica Federal
CCEA	Centro Cultural Escrava Anastácia
CELESC	Centrais Elétricas de Santa Catarina
CIEE	Centro de Integração Empresa Escola
DI	Desenvolvimento Institucional
ESA	Educação Sanitária Ambiental
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FMIS	Fundo Municipal de Integração Social
FTT	Frentes Temporárias de Trabalho
GTR	Geração de Trabalho e Renda
GIDUR	Gerência de Apoio ao Desenvolvimento Urbano
HB	Habitar Brasil
HBB	Habitar Brasil BID
IGEOF	Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis
IMO	Intermediação de Mão de Obra
IPC	Incubadora Popular de Cooperativas
MG	Minas Gerais
MOC	Mobilização e Organização Comunitária
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
PAIF	Programa de Assistência Integral
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PEMAS	Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais
PIS	Programa de Integração Social
PLANFOR	Plano Nacional de Qualificação ao Trabalhador
PNH	Política Nacional de Habitação
PNQ	Plano Nacional de Qualificação
PPA	Plano Plurianual



PROGER	Programa de Geração de Trabalho e Renda
RJ	Rio de Janeiro
RS	Rio Grande do Sul
SP	São Paulo
SC	Santa Catarina
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SEDU	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SMHSA	Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental
TPC	Trabalho de Participação Comunitária
UAS	Urbanização de Assentamentos Subnormais
UEM	Unidade Executora Municipal
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

## SUMÁRIO

<b>I INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
1.1 CAMINHO DE INVESTIGAÇÃO DESTE TRABALHO.....	12
<b>II A POLÍTICA DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA.....</b>	<b>14</b>
2.1 POLÍTICA PÚBLICA.....	14
2.2 POLÍTICA DE TRABALHO E RENDA.....	16
2.2.1 POLÍTICAS ATIVAS DE TRABALHO E RENDA.....	17
2.2.2 POLÍTICAS PASSIVAS DE TRABALHO E RENDA.....	19
2.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	20
2.4 AS COOPERATIVAS COMO ALTERNATIVA PARA A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA.....	22
2.4.1 BREVE HISTÓRIA DO COOPERATIVISMO.....	23
2.4.2 COOPERATIVISMO NO BRASIL.....	26
2.5 POLITICAS DE TRABALHO E RENDA DO PROGRAMA HABITAR BRASIL BID.....	29
<b>III INTERFACES DO PROGRAMA HABITAR BRASIL BID E SERVIÇO SOCIAL.....</b>	<b>32</b>
3.1 O PROGRAMA HABITAR BRASIL BID – HBB.....	32
3.2 O PROGRAMA HBB MORRO DO MOCOTÓ.....	37
3.3 AS AÇÕES DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA DESENVOLVIDAS PELO SERVIÇO SOCIAL JUNTO AO PROGRAMA HBB MORRO DO MOCOTÓ.....	39
3.4 O SERVIÇO SOCIAL COMO ARTICULADOR DO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA COOPERSOLAR.....	41
<b>IV A COOPERSOLAR E SEUS ASSOCIADOS: TRAJETÓRIA E DESAFIOS.....</b>	<b>48</b>
4.1 PRIMEIROS PASSOS NO PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DA COOPERSOLAR.....	48
4.2 MOTIVAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO: VISÃO DO COOPERADO.....	58
4.3 PERSPECTIVAS DOS COOPERANTES .....	61
<b>V CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>65</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>67</b>
<b>APÊNDICE 1.....</b>	<b>70</b>

## I INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar o processo de implantação da Coopersolar, a contribuição do Serviço social e a visão dos moradores envolvidos, com vistas a relacionar a política de Geração de Trabalho e Renda com a prática do cooperativismo, apresentando aspectos que contribuíram para o processo de implantação da Coopersolar, bem como o levantamento dos aspectos dificultadores deste processo. Visa também sistematizar a compreensão dos envolvidos acerca do cooperativismo e analisar as perspectivas que os mesmos têm em relação à cooperativa a curto e longo prazo.

Assim, esta monografia consubstanciou-se em pesquisa bibliográfica e exploratória. Utilizando-se de documentos do arquivo da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, relatórios mensais, manual do Programa Habitar Brasil BID, diário de campo e relatórios de atividades da autora, a qual, como estagiária dessa Instituição, privilegiou, de maneira aproximada e participativa, o acompanhamento de formação deste empreendimento.

Nesse sentido, o trabalho estrutura-se em três seções. A primeira buscou apresentar o conhecimento que se tem acerca do significado do termo Política de Geração de Trabalho e Renda, abordando de forma sucinta as políticas ativas e passivas de trabalho e renda. Traz, ainda, os conceitos sobre economia solidária, traçando brevemente a trajetória do cooperativismo no Brasil e discorrendo sobre a política de geração de trabalho e renda que permeia o Programa Habitar Brasil BID.

A segunda seção retrata a interface entre o Programa Habitar Brasil BID e o Serviço Social. Para tanto foi feito o resgate do Programa Habitar Brasil BID e ações desenvolvidas pelo Serviço Social, enquanto parte da equipe técnica do Programa no Morro do Mocotó, responsável pela operacionalização do Trabalho de Participação Comunitária e executor da macro-ação denominada Geração de Trabalho e Renda. Nesta seção ainda é abordado o papel do Serviço Social enquanto articulador no processo de implantação da Coopersolar.

A terceira seção buscou sistematizar as entrevistas realizadas com técnicos e cooperados partícipes do processo de implantação da Coopersolar no intuito de levantar a trajetória e os desafios da cooperativa e de seus associados. Findando o trabalho, encontram-se as considerações finais, que, de forma reflexiva, procuram identificar aspectos a serem ainda trabalhados para a efetividade da Coopersolar.

### 1.1. CAMINHO DE INVESTIGAÇÃO DESTE TRABALHO

Para o desenvolvimento deste trabalho se fez necessário o cumprimento de determinadas etapas, ou seja, alguns procedimentos, métodos e técnicas que definem a realização do mesmo, e que foram importantes para levantar e avaliar os dados coletados, imprimindo-lhes um caráter científico.

De acordo com Gil (1989, p.27) “pode-se definir método como caminho para se chegar a determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento”.

Porquanto, neste estudo utilizou-se do método qualitativo, ao trazer experiências vividas pelos cooperados na implantação da Coopersolar, que de acordo com Oliveira (2007) este método se pode aplicar em situações que “se evidencia a necessidade de substituir uma simples informação estatística por dados qualitativos. Isto se aplica, principalmente, à investigação sobre fatos do passado ou estudos referentes a grupos, dos quais se dispõe de pouca informação”. (p. 59).

O tipo de pesquisa correspondente a este trabalho foi exploratória, por ser o primeiro trabalho de investigação realizado com e sobre a Coopersolar.

Em relação aos procedimentos técnicos, se utilizou a pesquisa bibliográfica, que “permite ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (Gil, 1989, p.71). A pesquisa bibliográfica visa possibilitar a reflexão crítica por meios dos fundamentos teóricos abordados.

Ademais, para levantar os dados empíricos, foram utilizados os seguintes instrumentos e técnica: observação participante e entrevistas.

A escolha pela observação participante se deu por permitir “chegar ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo” (Gil, 1989, p. 108). E por contemplar as seguintes vantagens, nas avaliações de Kluckhohn (1946, apud Gil, 1989, p.108):

- Facilita o rápido acesso a dados sobre situações habituais em que os membros das comunidades se encontram envolvidos;
- Possibilita o acesso a dados que a comunidade ou grupo considera de domínio privado;
- Possibilita captar as palavras de esclarecimento que acompanham o comportamento dos observados.

A entrevista, por sua vez, foi escolhida como uma forma de interação social, pois, enquanto técnica de coleta de dados, conforme Gil (1989, p.113):

É bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes.

Num universo de 30 partícipes envolvido no processo de implantação da Cooperativa, entre técnicos e cooperantes, a entrevista foi realizada com 05 deles. O tipo de amostragem utilizada nesta pesquisa foi o critério por diversidade, sendo entrevistados: 01 homem e 02 mulheres integrantes da Coopersolar; 01 Assistente Social e 01 Economista que acompanharam o processo de implantação da Cooperativa. As entrevistas foram gravadas e transcritas para análise dos dados e alcance do proposto neste trabalho.

## II A POLÍTICA DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

Nesta seção abordaremos a política de geração do trabalho e renda. No desenvolvimento atual das forças produtivas e das relações sociais, a questão do trabalho demanda uma ação intencional e planejada por parte do Estado, no sentido desta possibilitar acesso à ocupação e renda aos trabalhadores. Abordaremos então a interface entre política pública, geração de renda e formas alternativas de organização do trabalho.

### 2.1 POLÍTICA PÚBLICA

Antes de abordar o tema da política pública, é necessário esclarecer o que é a política. O significado clássico e moderno de política, segundo Bobbio é “derivado do adjetivo originado de pólis (politikós), que significa tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social” (1986, p. 954). Este termo se amplia após a obra de Aristóteles, intitulada “Política”, e passa a significar também o estudo de atividades humanas que se referem à esfera do Estado. Modernamente, o termo perdeu seu significado original, sendo substituído por expressões como “ciência política”, “filosofia política”, “ciência do Estado”, entre outras, mas mantendo a abordagem do Estado como centro da atividade política.

De acordo com Maar “A política surge junto com a própria história, com o dinamismo de uma realidade em constante transformação que continuamente se revela insuficiente e insatisfatória e que não é fruto do acaso, mas resulta da atividade dos próprios homens vivendo em sociedade” (1994, p.8).

Sendo assim, a política resulta do imperativo de convivência entre cidadãos que, além de possuírem diferenças de sexo, escolaridade, profissão, religião, renda, entre outros atributos, trazem consigo diferentes valores, aspirações e idéias, que os levam a desempenhar papéis diferentes no decorrer de sua existência. Tais diversidades, que podem conter divergências, influem na vida em sociedade, trazendo, freqüentemente, conflitos de opiniões, interesses e valores. A estudiosa Pereira pontua sobre esta questão que:

Desde os primórdios, a política constitui uma relação entre pessoas diferentes ou desiguais, tendo por isso caráter conflituoso [...]. Os homens e as mulheres se organizam politicamente para atingir objetivos comuns e, assim, fugir do caos que se instalaria se cada um se enriquecesse na defesa de seus interesses e objetivos particulares. (2008, p.88).

Segundo Rua (1998), para impedir o caos entre esta relação dos desiguais e manter os conflitos dentro dos limites administráveis, existem “duas principais formas de regulação social”, quais sejam, a coerção e a política. Enquanto a coerção é determinação de um sobre o outro, a política é disputa por diferentes projetos e perspectivas de exercer poder.

A autora Pereira esclarece que:

A vantagem da política em relação à simples coerção é que a primeira possibilita o exercício de procedimentos democráticos, uma vez que, no processo de resolução de conflitos, as partes envolvidas não cogitam eliminar a vida do opositor. É certo que a política também contém a possibilidade de coerção porque pauta-se por regras e prevê penalidades aplicadas pelo Estado contra quem as infringe. Mas, essa possibilidade tem que estar circunscrita aos limites das leis legitimadas pela sociedade e de princípios irrevogáveis previamente fixados. (2008, p.89).

A política pública, por sua vez, também não possui uma única definição. Há quem privilegia o Estado como o produtor exclusivo de política pública, utilizando o termo público como sinônimo de estatal. Para Abad (2003, p.14) “política pública é a forma de concretizar a ação do Estado”, representa o que o governo, frente a uma situação, “opta ou não fazer”. Na sua formulação, explicitamente ou não, “supõe uma certa ideologia da mudança social”. Enfim, estes termos não se confundem, antes apontam dimensões ou ênfases diferentes em relação à política, ou seja, indica mais à ação do Estado ou mais à ação do conjunto sociedade civil e sociedade política.

No entanto, há os que relevam a relação dialética contraditória entre Estado e Sociedade, reconhecendo o papel ativo e decisivo que a sociedade exerce para a existência da política pública. Para que exista uma política pública, segundo Bobbio faz-se necessário “que uma situação determinada requeira solução por meio dos instrumentos de ação política [...] que tem como finalidade a formação de decisões coletivas que, uma vez tomada, se convertam em vinculadoras de toda a coletividade” (1995, apud ABAD, 2003, p. 15). Então a política pública requer a participação ativa do Estado, mas com o controle da sociedade no seu planejamento e execução, voltados para a satisfação de necessidades sociais.

As políticas públicas também são “instrumentos de governabilidade democrática para as sociedades, tanto em sua acepção mais limitada, referida às interações entre o Estado e o resto da sociedade, como no seu sentido mais amplo de levar à convivência cidadã” (ABAD, 2003, p. 16).

Para Pereira, o termo público, associado à política, não é uma referência exclusiva ao Estado. Refere-se, antes, à coisa pública, e tem maior identificação com a denominação latina

*res publica*, significando assim, *res* (coisa) e *publica* (de todos), ou seja, coisa de todos, para todos e que compromete todos. Deste modo, constitui atividades ou ações que compromete tanto a sociedade quanto ao Estado. Esta autora destaca que é uma “ação pública, na qual, além do Estado, a sociedade se faz presente, ganhando representatividade, poder de decisão e condições de exercer o controle sobre a sua própria reprodução e sobre os atos e decisões do governo” (2008, p. 94).

As políticas públicas, por mais óbvio que pareça, não são privadas, individuais ou coletivas. Tem como princípio o interesse comum e a soberania popular. Seu principal atributo é o fato de ser pública, isto é, de todos. A dimensão pública desta política é dada pelo seu caráter imperativo, são decisões e ações revestidas da autoridade do poder público sob o controle da sociedade. Visa satisfazer as necessidades sociais, à concretização de direitos sociais incorporados nas leis, conquistados pela sociedade, que só têm aplicabilidade por meio de políticas públicas, as quais são operacionalizadas através de programas, projetos e serviços.

De acordo com Pereira (2008, p.96) política pública trata-se “de uma estratégia de ação pensada, planejada e avaliada, guiada por uma racionalidade coletiva, na qual, tanto o Estado como a sociedade, desempenham papéis ativos”.

Por fim, podemos dizer que as políticas públicas devem visar o interesse geral e estar disponíveis a quem delas necessitar. Têm como função “concretizar direitos conquistados pela sociedade e incorporados nas leis” (PEREIRA, 2008, p.99), bem como alocar e distribuir bens que devem ser usufruídos por todos os cidadãos, de forma igual e gratuita, o que lhe imprime o caráter universal.

## 2.2 POLÍTICA DE TRABALHO E RENDA

A política de trabalho e renda constitui-se em política pública. Ela é uma política, ou seja, um conjunto de diretrizes estratégicas no tema, e é executada pelo Estado. Todavia, no Brasil, as suas linhas de ação são definidos em conjunto com a sociedade, através do Conselho Nacional do Trabalho. Isto significa que no Brasil, a Política de Trabalho e Renda é desenvolvida através do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e engloba um conjunto de medidas destinadas a aperfeiçoar o funcionamento do mercado de trabalho, voltadas principalmente para os trabalhadores desempregados e tendem a não atuar, necessariamente, sobre as causas centrais do desemprego. Sua estrutura atual busca integrar programas de geração de emprego e renda, qualificação e requalificação profissional, programas de apoio às



micro e pequenas empresas, intermediação de mão-de-obra, pagamentos de abono salarial e seguro-desemprego, compreendidos como políticas ativas e passivas.

No contexto da política de trabalho e renda, a Economia Solidária, vem, nos últimos anos, se apresentando como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Realiza atividades de prestação de serviços, produção de bens, finanças solidárias, trocas solidárias, comércio justo e consumo solidário, através de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras.

O Governo Federal, em resposta às mobilizações feitas no campo da economia solidária, por meio de seminários, plenárias e fóruns, criou em 2003, no âmbito do MTE, a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, que surge com uma significativa mudança nas políticas públicas de trabalho e emprego. A criação desta Secretaria visa fomentar a geração de renda e a garantia de direitos de cidadania da população mais vulnerável na sociedade.

Sendo assim, o MTE, passou a assumir o desafio de implementar políticas que incluam as demais formas de organização do mundo do trabalho, para além das iniciativas de emprego e de proteção dos trabalhadores assalariados, proporcionando a extensão dos direitos ao conjunto dos trabalhadores.

Para a melhor compreensão desta dinâmica, apresentaremos a seguir o histórico dos vários programas que compõem a Política Pública de Trabalho e Renda no Brasil.

### 2.2.1 POLÍTICAS ATIVAS DE TRABALHO E RENDA

As políticas ativas de trabalho e renda são aquelas que atuam sobre a demanda de mão-de-obra, ou seja, incidem tanto sobre a oferta como sobre a procura por trabalho, bem como a intermediação de mão-de-obra.

Segundo Paiva:

As políticas ativas têm como objetivos aumentar a demanda por trabalho (via, por exemplo, criação de empregos públicos, frentes de trabalho, programas de apoio às micro e pequenas empresas, entre outras ações), reduzir o chamado desemprego friccional (por meio de ações de IMO [Intermediação de Mão-de-obra]), combater o desemprego estrutural (mediante ações de qualificação profissional) e facilitar a inserção ou

reinserção de grupos específicos (como o subsídio ao emprego de jovens ou desempregados de longa duração) (2006, p.28).

Já na concepção de Silva as políticas ativas de trabalho e renda “não geram novos postos [de trabalho], buscam preencher as vagas à disposição no mercado com serviços de intermediação de mão-de-obra e programas de educação profissional” (2003, p.58).

Tendo como base os programas vigentes para atender esta política, podemos dizer que estes programas atuam sobre a demanda e oferta de trabalho, qualificando o trabalhador no intuito de inserí-lo no mercado de trabalho, preenchendo as vagas que estão à disposição, mas também buscam a criação de novos postos de trabalho e incentivam a criação de microempresas, com a oferta de crédito.

Atualmente, na esfera desta política, inserem-se nesta: o plano nacional de qualificação, os programas de investimentos e os programas de educação profissional, os quais destacaremos a seguir<sup>1</sup>.

### **Plano Nacional de Qualificação - PNQ**

Lançado em junho de 2003, foi formulado como parte do Programa Nacional de Qualificação Social e Profissional, em sintonia com o novo Plano Plurianual – PPA, versão 2004-2007, no propósito de colocar novas bases à Política Pública de Qualificação no país. Veio em substituição ao Plano Nacional de Qualificação ao Trabalhador – PLANFOR e deve contribuir para promover a integração das políticas e para a articulação das ações de qualificação social e profissional do Brasil.

Em conjunto com outras políticas e ações vinculadas ao emprego, ao trabalho, à renda e à educação, o PNQ deve promover gradativamente a universalização do direito dos trabalhadores à qualificação, com vistas a contribuir para: formação integral dos trabalhadores; inclusão social e redução das desigualdades sociais; crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais; aumento da probabilidade de obtenção de emprego e trabalho e promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.

---

<sup>1</sup> As informações expostas sobre estes Programas foram obtidas no sítio eletrônico do Ministério do Trabalho e Emprego (2008).

### **Programa de Geração de Trabalho e Renda - PROGER**

É composto por um conjunto de linhas especiais de crédito para financiar quem quer iniciar ou investir no crescimento de seu próprio negócio, tendo por objetivo gerar e manter emprego e renda. O PROGER faz parte do Programa do Seguro-Desemprego. No Sistema Nacional de Emprego - SINE, o empreendedor tem à sua disposição gratuitamente uma estrutura de recursos humanos para o recrutamento, a seleção e a capacitação da mão-de-obra requerida em seu negócio, podendo, ainda, receber informações para a elaboração de seu plano de negócios. Os recursos são provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

### **Programa de Intermediação de Mão-de-Obra**

Tem por objetivo promover a inserção ou recolocação do trabalhador desempregado ao mercado de trabalho. Para isso, o SINE dispõe de informações acerca das exigências dos empregadores ao disponibilizarem suas vagas junto aos postos de atendimento, em outras palavras, opera em articulação com as empresas para captar vagas oferecidas e promover a adequação com o perfil do profissional exigido.

### **ProJovem**

O objetivo do ProJovem trabalhador é qualificar o jovem, que já tenha concluído o Ensino Fundamental, para o mercado de trabalho e para ocupações alternativas geradoras de renda, por meio de cursos de qualificação. Os participantes recebem auxílio mensal de R\$ 100,00 (cem reais), durante seis meses, mediante comprovação de frequência no curso. O programa destina-se a jovens desempregados com idades entre 18 e 29 anos, e que sejam membros de famílias com renda per capita de até meio salário mínimo.

#### **2.2.2 POLÍTICAS PASSIVAS DE TRABALHO E RENDA**

As políticas passivas têm como objetivo assegurar um nível mínimo de renda ao trabalhador desempregado, bem como complementar renda do trabalhador formal. Atuam no provimento de assistência financeira. Neste âmbito se situam os expostos abaixo.

### **Seguro Desemprego**

O Seguro Desemprego é um benefício integrante da seguridade social, garantido pelo art. 7º dos Direitos Sociais da Constituição Federal. Após a Constituição de 1988, o benefício passou a integrar o Programa do Seguro-Desemprego. Este tem por objetivo, além de prover assistência financeira temporária, concedida em no máximo cinco parcelas, ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa, inclusive a indireta, auxiliá-lo na manutenção e busca de emprego, promovendo para tanto, ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional.

### **Abono Salarial**

O Abono Salarial é uma contribuição social de natureza tributária. Consiste no benefício de um salário mínimo anual, assegurado à empregados que recebem até dois salários mínimos mensal de empregadores que contribuem para o Programa de Integração Social – PIS ou para Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP. As receitas do PIS têm origem privada, enquanto as do PASEP são públicas.

## **2.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA**

O conceito “economia solidária” tem sido bastante difundido na literatura, possuindo inclusive, diferentes conceitos. De acordo com Cançado:

Foram identificadas três abordagens acerca do conceito de economia solidária. Segundo Marcos Arruda (1996), a economia solidária pode ser considerada como um “outro modo de vida”, em que os valores percebidos vão muito além da competição característica da sociedade capitalista. Outra vertente entende o movimento da economia solidária como uma alternativa ao modo de produção vigente. Este grupo, do qual faz parte Paul Singer (2002), acredita ser possível que outras relações entre os seres humanos são possíveis, para além da divisão internacional do trabalho. Uma terceira abordagem caracteriza a economia solidária como uma alternativa aos setores populares, com a organização associativa dos trabalhadores sendo uma saída para “sobreviver ao neoliberalismo”. (2007, p. 47)

Parafraseando Singer (2002) “a economia solidária é um conceito ainda em construção”. Várias são as terminologias aplicadas a ela, tais como: economia social;

economia solidária; economia popular e socioeconômica solidária. Assim, com a finalidade de simplificar a compreensão da temática abordada, “economia solidária” será a denominação utilizada no decorrer do nosso trabalho, por entendermos ser, ao mesmo tempo, a mais abrangente no sentido e a mais objetiva no uso dos termos.

A economia solidária tem surgido e se consolidado em países sub- ou em desenvolvimento como uma proposta alternativa ao enfrentamento da pobreza e desemprego. Nestes, ambos são resultantes da difusão contínua das máquinas, incidindo no aumento da miséria e da exclusão social, próprios do sistema capitalista.

Neste contexto, tem surgido, por meio da organização de movimentos sociais, uma nova economia, que se desenvolve basicamente nos setores populares, a partir da necessidade dos trabalhadores gerarem sua própria renda. Esta nova economia tem se baseada nos ideais de solidariedade e democracia, contrapondo ao individualismo competitivo presente no capitalismo.

Segundo Singer (2002) entre os princípios desta nova economia estão à autogestão, o cooperativismo, a coletividade, a igualdade e a solidariedade. Para este mesmo autor “a economia solidária é a mais importante alternativa ao capitalismo neste momento histórico, por oferecer uma solução prática e factível à exclusão social, que o capitalismo em sua nova fase liberal exacerba” (SINGER, 1997, p.10).

A autogestão é um princípio de organização central nos empreendimentos solidários. De acordo com Cançado a autogestão é definida como:

[...] um modo de organização do trabalho, onde não há separação entre sua concepção e execução, os meios de produção são coletivos e que pode ser caracterizado como um processo de educação em constante construção da organização. De acordo com estas definições, então, a autogestão seria a não separação entre concepção e execução do trabalho. (2007, p. 47)

Assim, os princípios destacados por Singer agregados à autogestão, tornam-se relevantes, pois se entende que uma vez colocados em prática, os demais virão em consequência. Embora não única, a autogestão destaca-se como principal condicionante para que empreendimentos sejam caracterizados como de economia solidária.

Os empreendimentos de economia solidária podem ser organizados juridicamente de diversas formas, sendo uma delas, as cooperativas. Outras podem ser as associações ou as microempresas. A seguir apresentaremos as cooperativas como alternativa para a geração de trabalho e renda.

## 2.4 AS COOPERATIVAS COMO ALTERNATIVA PARA A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

A reestruturação produtiva e a gestão neoliberal da economia brasileira, no início dos anos 90, tiveram como resultado profundas transformações no mercado de trabalho. Os primeiros impactos foram o acirramento do desemprego, a precarização do trabalho e as acentuadas perdas salariais e de benefícios, vitimando milhões de trabalhadores brasileiros. Nesse contexto ressurgem as cooperativas de trabalho e produção, percebidas como possível alternativa de ocupação para os trabalhadores. Como referenciado em Castro e Deddeca:

A consolidação da nova diretriz econômica e social dos anos 90 [...] ao induzir uma progressiva desregulamentação social, abre espaço para a proliferação de formas precárias de trabalho distantes da relação tradicional de trabalho assalariado com proteção social. Assim, ganham importância as formas de trabalho cooperativo, de trabalho a domicílio e de trabalho autônomo. (1998, apud BARCELLOS, 2004, p. 95)

Um dos grandes desafios da era globalizada é o emprego, tanto a sua manutenção, quanto a criação de novos. Ao mesmo tempo em que o mercado exige profissionais qualificados e criativos, o emprego formal vai cedendo lugar à prestação de serviços sem vínculos empregatícios. É neste cenário que as cooperativas de trabalho vêm conquistando seu espaço.

Sendo assim, as cooperativas reaparecem como resposta à desregulamentação no mundo do trabalho, se apresentando como a forma de organização do trabalho que mais se identifica com a dinâmica da economia solidária, abordada em parágrafos anteriores, que encontra apoio de organizações públicas e privadas (sem fins lucrativos) nas várias modalidades: de apoio direto; capacitação; assessoria; incubação; assistência técnica e de gestão.

Entretanto, o debate acerca do papel efetivo e possibilidades das cooperativas têm se ampliado. Segundo Mondadore, há dois assuntos a respeito das cooperativas que deve ser levado em consideração:

De um lado, estão os defensores da chamada Economia Solidária, que vêem a organização de cooperativas não apenas como uma opção ao desemprego, mas uma chance, para os trabalhadores, de realizarem uma mudança por “dentro” das estruturas do capitalismo. Numa outra perspectiva, as cooperativas são percebidas em sua funcionalidade para o capital, sendo organizadas para atender às necessidades de redução de custos para as empresas através da eliminação dos benefícios sociais

incluídos na relação salarial. (2008, p. 01).

Singer (2003) coloca que existem dois tipos de cooperativas, a autêntica que é socialista, igualitária, solidária e democrática, no qual, a igualdade faz sentido e, de outro lado, as cooperativas de visão essencialmente capitalista, como as agrícolas, onde grandes fazendeiros exploram pequenos proprietários rurais.

De acordo com Guerra, Toledo e Oliveira (2008), as cooperativas no Brasil agem ora servindo para reforçar o desenvolvimento do capitalismo, ora servindo para se apresentarem como alternativas para a busca de soluções para os trabalhadores nos campos social, econômico e político.

Logo, podemos dizer que, por um lado as cooperativas se apresentam como possibilidade de novas relações de trabalho, constituídas com base na emancipação dos trabalhadores e, por outro, se configuram como mecanismo de terceirização da produção e/ou de serviços, atendendo a interesses capitalistas. Sendo assim, torna-se fundamental a formação de parcerias, para que cada vez mais possam surgir cooperativas que tenham o perfil de instrumento de organização das classes trabalhadoras, ou seja, cooperativas populares, a qual pressupõe e promove o ser humano completo, consciente, participante e com capacidade para o exercício dos direitos e deveres, uma vez que seus princípios vêm ao encontro das aspirações humanas. (GUERRA, TOLEDO, OLIVEIRA, 2008).

Tendo em vista que as cooperativas são empreendimentos econômicos e sociais de relevância, resgataremos a história da formação do cooperativismo, entendido como um movimento baseado na cooperação econômica e social de seus associados, para na sequência abordar seu significado atual no Brasil.

#### 2.4.1 BREVE HISTÓRIA DO COOPERATIVISMO

O cooperativismo surge como um movimento que propõem um modelo de organização de trabalho baseado em relações associativas, alternativo ao modelo capitalista de produção e circulação de mercadoria. As cooperativas tiveram sua origem nas reações defensivas de trabalhadores contra altos preços dos bens de primeira necessidade.

Tendo como base registros documentais, “a cooperativa de consumo mais antiga foi a dos tecelões de Fenwick (1769). A segunda mais antiga foi também escocesa (1877). A mais antiga cooperativa de consumo inglesa foi fundada em 1795, a Oldham Cooperative Supply

Company” (VEIGA; FONSECA, 1999, p. 23). Já a Cooperativa de Rochdale, em 1844, pode ser considerada como a primeira cooperativa moderna, sendo a primeira organização desta natureza que sistematizou seus princípios e valores em seu estatuto (DATTE, 2002).

Segundo Datte trabalhadores de Rochdale, na Inglaterra, prejudicados pelo novo modelo industrial que “substituiu o trabalho artesanal pelas máquinas que haviam sido inventadas” (2002, p. 91), ao enfrentarem o desemprego, buscaram alternativas para garantir o sustento de suas famílias. Na busca por soluções, “ouviram a opinião de um companheiro que fora discípulo de Robert Owen<sup>2</sup>, socialista utópico<sup>3</sup>” (DATTE, 2002, p.91) e optaram pela criação de uma sociedade de consumo baseada em cooperativas.

De acordo com Veiga e Fonseca (1999) os pioneiros de Rochdale desenvolveram várias cooperativas, de produção, habitação, consumo, entre outras. No entanto, não se limitaram em construí-las, mas elaboraram regulamento para seu funcionamento, tendo com base princípios morais e conduta. “O estatuto da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale continha princípios que determinavam a estrutura e as regras de funcionamento da cooperativa de consumo, que depois passaram a constituir os fundamentos ou princípios do cooperativista” (p. 25). Os princípios são:

- Escolha da direção da sociedade mediante eleições em assembléias gerais;
- Livre adesão e desligamento dos sócios;
- Cada associado tem um voto independentemente do capital que tenha investido;
- Pagamento de juros limitados ao capital;
- Distribuição dos ganhos proporcionalmente às compras efetuadas pelos associados, depois de descontadas as despesas de administração;
- Quotas de reserva para o aumento de capital destinada à extensão das operações e à porcentagem para a educação;
- As vendas deveriam ser efetuadas a dinheiro, isto é, à vista, para que os associados só assumissem compromissos dentro de suas possibilidades orçamentárias;
- A sociedade só venderia produtos puros e de boa qualidade (esta

---

<sup>2</sup> **Robert Owen** (1771-1858) “Célebre socialista utópico do século XIX. De 1800 a 1829, é considerado como pais do socialismo, dirigiu uma grande fábrica em New Lanark, na Escócia. Owen reduziu a jornada de trabalho a dez horas enquanto que nas demais empresas era de treze e de quatorze horas. Melhorou as condições de vida e de trabalho dos operários, fundou uma escola-modelo para os filhos dos operários.” (DATTE, 2002, p.91)

<sup>3</sup> **Socialistas Utópicos** – “Grupo de teóricos que se interessavam mais em justiça social do que descobrir leis econômicas ou em lançar as bases de prosperidade nacional. Os primeiros representantes dessa atitude radical são os socialistas utópicos, assim denominados por terem apresentado programas idealistas de sociedade cooperativas em que todos trabalhariam em tarefas apropriadas e compartilhariam os resultados dos seus esforços comuns. Os socialistas utópicos, eram, em grande parte, herdeiros do Iluminismo. Os socialistas utópicos recomendavam a fundação de comunidades-modelo, capazes, tanto quanto possível, de se bastarem a si mesmas, em que a maior parte dos instrumentos de produção fossem de propriedade coletiva e cujo governo fosse organizado sobre uma base voluntária”. (DATTE, 2002, p.91).



regra trouxe enormes benefícios para a cooperativa, pois, na época a adulteração dos produtos era muito comum);

- Neutralidade política e religiosa (esta regra tem relação direta com a da livre adesão e desligamento dos sócios, pois se a cooperativa assumisse caráter político ou religioso ela excluiria implicitamente os que pensassem diferentemente). (VEIGA; FONSECA, 1999, p. 25).

Diversos autores demonstram consenso ao afirmar que as cooperativas de trabalho surgem principalmente como uma forma de organização, cuja base se sustenta na idéia original do cooperativismo desenvolvido pelos pioneiros de Rochdale.

Concomitantemente, na Europa continental, o cooperativismo também dava seus primeiros passos. Na Alemanha foram criadas as primeiras cooperativas de crédito. Segundo Maurer:

“as cooperativas de crédito da Alemanha não nasceram da organização popular, como na Inglaterra, mas do trabalho de dois homens oriundos da administração pública: Hermann Schulze, prefeito de Delitzsch [...] e Friederich W. Raiffeisen, burgomestre de várias aldeias em torno de Neuwied, na Renânia.” (1966, apud CANÇADO, 2007, p. 52)

Na cooperativa de Schulze-Delitzsch, o capital era constituído pelos associados e foram organizadas com o objetivo de fornecer empréstimos ou financiamentos, destinados a atender às necessidades da produção. No caso da Raiffeisen, tentou-se primeiramente ações filantrópicas no campo do crédito e do consumo, posteriormente criou a Caixa de Crédito Rural de Anhausen. Estas organizações reuniam pessoas que se conheciam mutuamente e eram de responsabilidade ilimitada. “Cada associado tinha direito a um voto, mas os lucros eram redistribuídos, iam todos para o fundo de reserva” (MAURER, apud CANÇADO, 2007, p. 53).

Na França, conforme discorre Cançado, as primeiras cooperativas de produção foram constituídas e influenciadas pelas idéias do socialista Charles Fourier (1772-1837), “idealizador dos Falanstérios (comunidades que abrigariam centenas de famílias onde seria promovida a abundância e a igualdade). Fourier defendia, também, a extinção do trabalho assalariado e defendia o respeito às aptidões naturais da pessoa.” (2007, p. 53).

O cooperativismo também se espalhou pelo resto da Europa, chegando à Suíça (1851), Itália (1864), Dinamarca (1866), Noruega (1885), Suécia (1899), etc. Em cada um destes países se desenvolveu e tomou grande importância econômica. “A partir de seu berço europeu, espalhou-se pelo mundo, chegando até mesmo ao Japão nos fins do século XIX

através do Visconde Shinagawa e do Conde Hirata” (MAURER, apud CANÇADO, 2007, p. 53).

Em 1895 foi criada a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), em Londres, Inglaterra, por iniciativa de líderes ingleses, franceses e alemães, passando a ser a entidade responsável pela discussão dos princípios cooperativistas. Munida de subsídios históricos e inspirada na experiência cooperativa em vários países, a ACI passou a assumir formal e explicitamente o legado de Rochdale. (CANÇADO, JUNIOR, RIGO, 2008).

Em seguida faremos um recorte, percorrendo sobre a trajetória do cooperativismo no Brasil.

## 2.4.2 COOPERATIVISMO NO BRASIL

No Brasil, o cooperativismo chega através dos imigrantes europeus em meados do século XX. No início tomou a forma de cooperativas de consumo na cidade e de cooperativas agropecuárias no campo (SINGER, 2002).

De acordo com a Organização das Cooperativas Brasileiras (2008), o movimento cooperativista, na área urbana, inicia com a criação da primeira cooperativa de consumo de que se tem registro no Brasil, no ano de 1889, na cidade de Ouro Preto (MG). Esta cooperativa, denominada Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, se expandiu para Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, além de se espalhar em Minas Gerais. (OCB, 2008)

No ano de 1891 foi criada, em Limeira (SP), a Cooperativa da Companhia Telefônica. Em 1894 a Cooperativa dos Militares, no Rio de Janeiro. A primeira cooperativa de crédito foi fundada em 1902, na cidade de Nova Petrópolis (RS), por um padre jesuíta suíço, Theodor Amstadt, que implantou uma caixa de crédito rural, nos moldes das Caixas de Raiffeisen. (VEIGA; FONSECA, 1999).

A cooperativa dos Empregados e Operários da Fábrica de Tecidos da Gávea (RJ) surgiu em 1913, mesmo ano da fundação da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea – Coopfer, na cidade de Santa Maria (RS). (VEIGA; FONSECA, 1999)

A Coopfer foi pioneira em múltiplas iniciativas de caráter social, chegando a ser a maior cooperativa de consumo da América do Sul. Quando foi fundada, por não haver previdência social organizada, criou uma caixa de pecúlios e construiu a Casa de Saúde, um hospital próprio, destinado a atender seus cooperados e dependentes. Em seguida,

desenvolveu uma rede de escolas primárias, de artes, ofícios e oficinas de marcenaria, eletricidade, tipografia, tornearia, entre outras.

A coopfer construiu ainda um parque industrial de apoio: fabrica de sabão, torrefação de café, padarias, fábricas de bolachas, alfaiataria, açougues com abatedouros próprios e farmácias, provendo todas as necessidades de seu quadro social, que chegou a atingir cerca de 18 mil cooperados. (VEIGA; FONSECA, 1999, p. 34).

Simultaneamente, idealizadas por produtores agropecuários, nasceram e se desenvolveram as cooperativas no meio rural. Muitos desses produtores eram de origem alemã e italiana. Os imigrantes trouxeram de seus países de origem, além da bagagem cultural, o trabalho associativo e a experiência de atividades familiares comunitárias, que os motivaram a organizar-se em cooperativas.

No Governo de Getúlio Vargas, após a revolução de 30, o cooperativismo foi reconhecido como uma necessidade nacional. A promulgação do Decreto 22.239, de 19 de dezembro de 1932, apresentou características das cooperativas e consagrou as postulações doutrinárias do sistema cooperativista, o que deu amplas liberdades para constituição e funcionamento das cooperativas no Brasil.

Com o golpe militar, em 1964, foram cancelados vários direitos que favoreciam o fomento do cooperativismo. A partir de 1966, de acordo com Veiga e Fonseca (1999, p.34) “o cooperativismo foi submetido ao centralismo estatal perdendo muitos incentivos fiscais e liberdades já conquistadas”. No mesmo ano, com a reforma bancária, houve o fechamento de muitas cooperativas de crédito.

Em 1971, no governo Médici, veio o Decreto de Lei 5.764, que define a Política Nacional de Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, vigente até os dias atuais.

Lima (2003) coloca que foi a partir da década de 80 que as cooperativas de trabalho e de produção começaram a ser organizadas e ganharam maior visibilidade. Para o mesmo autor são constitutivos deste processo “a sucessão de crises econômicas do final do período militar, as primeiras manifestações internas das mudanças econômicas através da reestruturação produtiva de fábricas e empresas [e] a adoção de políticas neoliberais no final da década” (LIMA, 2003, p. 08).

A partir da Constituição de 1988 o governo fomentou o cooperativismo, garantindo a sua autogestão. Segundo Piccinini:

A legislação que apóia a formação do cooperativismo já se encontrava no artigo 174 da Constituição Federal. Par. 2º - Lei 5.764/71 que surge, buscando reverter o quadro de desemprego e reunir os trabalhadores com o fim de fazer uma conexão entre o mercado e o trabalhador. (2004, p. 74).

Atualmente, o cooperativismo no Brasil vive efetivo desenvolvimento. Mediante seu crescimento e expansão no país e no mundo, foram surgindo vários órgãos representativos e de apoio aos empreendimentos cooperativistas, como a Aliança Cooperativa Internacional - ACI, a Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, entre outras.

As empresas cooperativas vêm consolidando espaço cada vez maior no mercado e participando positivamente na economia do país.

São inúmeras cooperativas atuando no mercado e em diferentes setores, participando economicamente em 13 ramos na economia do país: Agropecuário; Consumo; Crédito; Educacional; Habitacional; Mineral; Produção; Turismo e Lazer; Especial; Saúde; Infra-Estrutura; Transporte e Trabalho.

No ano de 2007, segundo dados da OCB, foram contabilizadas 7.672 cooperativas no Brasil, tendo estas 7.687.568 associados e 250.916 empregados. Na tabela a seguir é possível vislumbrar o número de cooperativas por ramo de atividade, bem como o número de associados e empregados.

**Tabela 1 – Número de cooperativas no Brasil considerando os ramos de atividade e os números de associados em 2007**

<b>Ramo</b>	<b>Cooperativas</b>	<b>Associados</b>
Agropecuário	1.544	879.649
Consumo	141	2.468.293
Crédito	1.148	2.851.426
Educacional	337	62.152
Especial	12	385
Habitacional	381	98.599
Infra-estrutura	147	627.523
Mineral	40	17.402
Produção	208	11.553
Saúde	919	245.820
Trabalho	1.826	335.286
Transporte	945	88.386
Turismo e Lazer	24	1.094

Total	7.672	7.687.568
-------	-------	-----------

Fonte: OCB (2008).

Logo, baseado nos dados contabilizados pela OCB, conforme explicitado anteriormente, coincidindo com as recentes conquistas democráticas, o cooperativismo no Brasil possui hoje um relevante significado, especialmente quando se observa a evolução ocorrida nos últimos anos. Fato este relacionado a fatores como o surgimento de órgãos representativos, já mencionados, e, também pela estabilização monetária brasileira, com o Plano Real, que contribuíram para esse efetivo crescimento.

Ademais, além do aspecto econômico, as cooperativas no Brasil têm buscado fortalecer-se também no que tange a modernização e as práticas cooperativas de sua forma de gestão, procurando pautar-se sempre na ética e visando ampliar a democracia, constituindo-se cada vez mais numa proposta inovadora, por vezes emancipatória, ou seja, como uma alternativa em processos de geração de trabalho e renda.

Segundo Gaiger:

os empreendimentos econômicos solidários são portadores de novos processos de inserção social e de desenvolvimento local, o fato de ter a possibilidade de participação no grupo gera um novo espaço de cidadania para seus membros os quais fazem um caminho importante em direção à inclusão social. (2004 apud VIEIRA; RICCI, 2008, p. 09).

Nesse sentido, é possível afirmar que o futuro do cooperativismo no Brasil perpassa questões como a necessidade de consolidar cooperativas capazes de promover o desenvolvimento, potencializando ações com objetivos socioeconômicos, e ainda, proporcionando o resgate da cidadania.

Assim, nos próximos itens deste trabalho, discorreremos acerca da geração de trabalho e renda, ocorrida por meio da experiência de implantação de uma cooperativa de produção na comunidade Morro do Mocotó, sendo esta, uma ação desenvolvida pelo Serviço Social enquanto parte do Programa Habitar Brasil BID.

## 2.5 POLITICAS DE TRABALHO E RENDA DO PROGRAMA HABITAR BRASIL BID

Temos como objeto de estudo deste trabalho a “Análise do Processo de Implantação da Cooperativa Amigos de Florianópolis – Coopersolar, a contribuição do Serviço Social e a visão dos moradores envolvidos”.

A implantação da Coopersolar decorre da inserção da comunidade Morro do Mocotó no Programa Habitar Brasil BIB, fruto de uma macro-ação desenvolvida pelo Serviço Social do Programa, denominada como Geração de Trabalho e Renda. Esta macro ação tem por objetivo oportunizar aos moradores da comunidade, o acesso às alternativas de qualificação profissional e de geração e aumento da renda familiar.

Para melhor compreensão deste estudo, cabe aqui o esclarecimento a respeito da Política de Trabalho e Renda do Programa Habitar Brasil BID.

O Programa Habitar Brasil BID - HBB é uma iniciativa proeminente do governo federal à questão da melhoria habitacional, da urbanização de favelas e de preservação de áreas verdes. Neste Programa estão previstos dois Subprogramas, quais sejam: Urbanização de Assentamentos Subnormais e Desenvolvimento Institucional. Tendo em vista à amplitude das ações inerentes a este Programa, principalmente pelo fortalecimento da participação e mobilização comunitária, o mesmo tem se tornado um forte aliado às comunidades de interesse social.

O Programa HBB foi formulado com o objetivo de atender as famílias moradoras em assentamentos precários, financiando ações integradas de habitação, saneamento, infraestrutura, trabalho social, educação ambiental, cursos profissionalizantes e geração de trabalho e renda.

O Subprograma de Urbanização de Assentamentos Subnormais prevê a execução do Trabalho de Participação Comunitária (TPC). Recomenda-se, então, que a equipe técnica da área social, responsável pela operacionalização do TPC, desenvolva suas ações embasadas em três eixos principais: Participação Comunitária; Educação Sanitária e Ambiental e Geração de Trabalho e Renda.

Segundo as orientações do Subprograma de Urbanização de Assentamentos Subnormais, contidas no Manual do Programa Habitar Brasil BID:

É necessário contemplar, no Trabalho de Participação Comunitária, ações destinadas ao apoio à capacitação profissional e geração de trabalho e renda, planejadas de acordo com a realidade sócio-econômica dos beneficiários, e com o objetivo de favorecer a melhoria econômico-financeira da comunidade e sua conseqüente fixação na área. (BRASIL, 1999a, p.12).

Em relação ao financiamento das ações de capacitação profissional e geração de trabalho e renda, não integrarão os itens financiáveis pelo Subprograma, ou seja, para a execução destas ações não serão disponibilizados recursos Federais nem provenientes do

Banco Interamericano de Desenvolvimento. Sendo assim, os recursos para sua operacionalização poderão ser oriundos da contrapartida do município e/ou captados através de outras fontes, como programas e projetos destinados ao fomento das atividades em causa.

No Manual do Programa Habitar Brasil BID, recomenda-se para a implementação dessa modalidade de intervenção, a utilização dos resultados do diagnóstico integrado da área e da população, bem como o estabelecimento de parcerias com entidades e profissionais especializados nas ações propostas. (BRASIL, 1999a).

Tendo por base essas recomendações, a Caixa Econômica Federal – CAIXA, empresa pública contratada pela União como agente financeiro e prestador de serviços no âmbito do Programa HBB, responsável pela análise, aprovação, acompanhamento e avaliação dos projetos, apresenta algumas possibilidades de ações que podem ser desenvolvidas e/ou adaptadas à realidade local:

- Levantar o perfil produtivo da comunidade e da área;
- Desenvolver programa de capacitação de mão-de-obra, incluindo a feminina;
- Estabelecer parcerias para desenvolvimento de cursos de capacitação profissional, a partir das potencialidades dos beneficiários e das demandas locais;
- Assessorar a formação de grupos associativos e cooperativas de produção e serviços. (CAIXA, 2002, p. 10).

Ademais, cabe a cada município fomentar e implementar ações que atendam as necessidades da população beneficiária, considerando sempre o perfil da comunidade e principalmente o que está disposto nas diretrizes gerais do Programa.

Enfim, as cooperativas tem sido historicamente organizadas para resolver aspectos relacionados a renda, trabalho, ocupação, bem como efetivar alternativas de gestão na perspectiva democrática. Atualmente elas têm sido fomentadas para continuar efetivando os ideais dos seus pioneiros, mas com a diferença de não ser mais apenas uma iniciativa dos próprios interessados, mas sua organização e continuidade tem sido tema de política pública.

### **III INTERFACES DO PROGRAMA HABITAR BRASIL BID E SERVIÇO SOCIAL**

#### **3.1 O PROGRAMA HABITAR BRASIL BID - HBB**

O Programa Habitar Brasil BID (HBB) é um programa federal de urbanização de assentamentos subnormais, destinado aos municípios que possuem mais de 50 mil habitantes. Lançado na gestão do presidente Itamar Franco, é denominado, inicialmente, como Programa Habitar Brasil (HB). Em 1999, no governo de Fernando Henrique Cardoso, o programa HB integra em seu orçamento investimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), passando então a ser chamado Programa Habitar Brasil BID.

O Programa HBB tem como objetivo contribuir para elevar a qualidade de vida das famílias de baixa renda, que residam em aglomerados subnormais (favelas, mocambos, palafitas e cortiços, entre outras), predominantemente na faixa de até 03 salários mínimos, localizados em regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e capitais de estados. Também visa fortalecer as condições administrativas e institucionais dos municípios para dotá-los de maior capacidade de atuação no controle e recuperação desses núcleos e na adoção de medidas para evitar novas ocupações ilegais.

Os recursos oriundos deste programa são destinados ao fortalecimento institucional dos municípios e à execução de obras e serviços de infra-estrutura urbana e de ações de intervenção social e ambiental, através, respectivamente, de um Subprograma de Desenvolvimento Institucional (DI) e de um Subprograma de Urbanização de Assentamentos Subnormais (UAS).

O Subprograma DI tem como objetivo a criação, ampliação ou modernização da capacidade institucional dos municípios para atuar na melhoria das condições habitacionais das famílias de baixa renda, e a capacitação técnica das equipes das prefeituras que atuam no setor. Ainda, busca propiciar condições para a ampliação da oferta de habitações de baixo custo e implantar estratégias de controle e desestímulo a ocupação irregular de áreas.

O Subprograma UAS tem como objetivo a implantação de projetos integrados de urbanização de assentamentos subnormais, de forma coordenada, que compreendam a regularização fundiária, a implantação de infra-estrutura urbana e de recuperação ambiental nessas áreas, assegurando a efetiva mobilização e participação da comunidade na implantação dos projetos.

Para operacionalização dos dois Subprogramas definiram-se dois requisitos básicos: a



constituição de uma unidade responsável por sua execução, que recebeu o nome de Unidade Executora Municipal - UEM e a elaboração de um Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais – PEMAS. Ambos, além de garantirem condições mínimas para execução do Programa, revelaram-se importantes fomentadores do amadurecimento do setor habitacional.

No que diz respeito à gestão do Programa HBB, o Ministério das Cidades é o órgão central, encarregado pela União, de exercer a representação e intermediação com o BID. A Unidade de Coordenação do Programa, subordinada à Diretoria de Assentamentos Precários da Secretaria Nacional de Habitação, tem competência efetiva para implementar, controlar e avaliar o HBB, e compõe-se de Técnicos Especialistas responsáveis pela coordenação e acompanhamento do Programa junto à CAIXA.

Entre as atribuições delegadas ao gestor, no caso a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano - SEDU<sup>4</sup> destacam-se:

- estabelecer critérios e procedimentos operacionais necessários à execução do Subprograma;
- acompanhar e avaliar as ações desenvolvidas para a implementação do Subprograma, bem como os resultados na aplicação dos recursos;
- avaliar e aperfeiçoar os parâmetros operacionais do Subprograma;
- realizar reuniões, treinamentos e seminários técnicos, com vistas à divulgação do Subprograma e capacitação dos agentes envolvidos;
- realizar visitas técnicas às áreas de intervenção, antes, durante e depois da sua execução;
- estabelecer as diretrizes gerais para a elaboração do plano de acompanhamento, avaliação e monitoramento do Subprograma;
- disponibilizar informação sobre outros programas e projetos do poder público para promover a sua integração aos projetos do Subprograma;
- declarar a aprovação final dos projetos apresentados, autorizar suas contratações e realizar os desembolsos de recursos. (BRASIL, 1999a, p. 06)

A CAIXA, prestadora de serviços, é responsável pela orientação, atividade de análise, aprovação, acompanhamento e avaliação dos projetos integrados. Os municípios, Distrito Federal e, eventualmente, os estados, têm como tarefa a implementação das ações e projetos financiados pelo Programa. As entidades e organizações comunitárias, representativas dos beneficiários, são responsáveis pela representação dos beneficiários finais das ações e dos

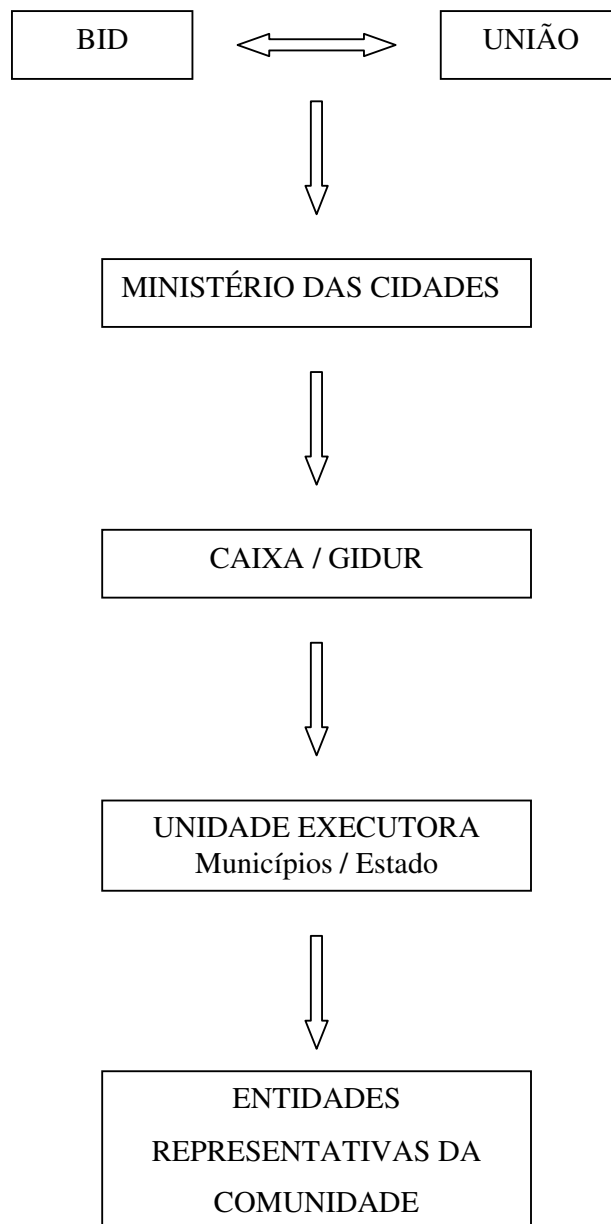
---

<sup>4</sup> Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano- SEDU, da Presidência da República, órgão central gestor do Programa, encarregado pela União de exercer a representação e intermediação com o BID, por meio de sua Secretaria de Política Urbana, órgão setorial responsável pela implantação do Programa. (BRASIL, 1999, p.2).

projetos financiados pelo Subprograma UAS, com atribuição de participar efetivamente de todas as etapas do trabalho voltado para sua comunidade.

Segue um fluxograma que facilita a visualização da gestão do programa HBB.

**Ilustração A - Fluxograma das Instituições envolvidas no desenvolvimento do Programa HBB**



Fonte: CATARINA (2003, p. 14).

O Serviço Social insere-se no Programa HBB através do Trabalho de Participação Comunitária (TPC), previsto no Subprograma UAS. A característica que se imprime a esse trabalho exige que a equipe social esteja definida na fase de concepção do projeto integrado, pois a ela compete iniciar os primeiros contatos com a comunidade.

Os primeiros contatos com a comunidade têm por finalidade conhecer as instituições presentes na área e as representações e lideranças formais e informais, buscando o estabelecimento de parcerias com a comunidade e as instituições, bem como, preparando os moradores para as primeiras discussões a respeito do projeto integrado e das mudanças sociais decorrentes, em reuniões públicas que deverão contar com a presença dos demais componentes da equipe multidisciplinar.

O desenvolvimento do TPC segue os seguintes objetivos:

- fomentar a manifestação dos beneficiários acerca do empreendimento em todo o seu processo (definição, implantação e pós-ocupação), a fim de adequá-lo às necessidades e disponibilidades dos grupos sociais atendidos;
- incentivar a mobilização da comunidade, potencializando a participação e a organização dos beneficiários finais;
- transferir conhecimentos e habilidades sobre administração e gestão comunitária, visando o adequado emprego de recursos na resolução de eventuais conflitos sociais e/ou institucionais suscitados durante a implantação do projeto e na pós-ocupação;
- incentivar a criação de novos hábitos e atitudes frente à apropriação, utilização e manutenção dos benefícios implantados, especialmente quanto ao uso correto das instalações sanitárias;
- estimular a defesa dos espaços reorganizados inibindo iniciativas de invasão e garantindo a manutenção da qualidade de vida conquistada;
- fomentar a participação ativa das comunidades na recuperação, conservação e defesa do meio ambiente;
- incentivar ações adequadas à realidade sócio-econômica dos beneficiários, que favoreçam a geração de trabalho e renda, promovendo a melhoria econômico-financeira da comunidade e sua conseqüente fixação na área. (BRASIL, 1999a, p.11)

De acordo com o Manual do Programa HBB, é recomendado à equipe técnica social desenvolver ações para o desenvolvimento da participação comunitária, educação sanitária e ambiental e atividades ou ações de geração de trabalho e renda.

Nas ações de participação comunitária, está previsto o apoio à formação e/ou consolidação das organizações de base, que estimulem a criação de organismos representativos da população onde não existam, ou incentivem os grupos organizados já existentes. Presume a capacitação das lideranças e dos grupos representativos, através de

módulos que abordem temáticas pertinentes ao processo de gestão comunitária; o papel das associações e dos grupos representativos de seguimentos da população, bem como a preparação da comunidade para análise, aprovação, acompanhamento e avaliação participativa do projeto.

Prevê ainda o estímulo aos processos de mobilização comunitária e a promoção de atitudes e condutas sociais vinculadas à melhoria da qualidade de vida, como a valorização da organização como instrumento próprio de representação dos interesses que integram a área, a capacidade de observação crítica do desempenho das lideranças comunitárias e sua integração com o entorno.

Para o processo educativo das ações de educação sanitária e ambiental, o desenvolvimento deverá ser implementado em conjunto com entidades e profissionais especializados, “considerando as recomendações contidas no processo de Licenciamento Ambiental incluindo as conclusões e recomendações dos estudos ambientais, de acordo com a Resolução Conama n.º 237/97” (FLORIANÓPOLIS, 2008, p.14).

As campanhas educativas devem esclarecer e valorizar a infra-estrutura implantada como colaboradora na redução de doenças e na melhoria dos níveis de saúde da população. Devem, ainda, preparar a comunidade para a correta utilização das melhorias habitacionais, no que diz respeito às unidades sanitárias e à rede de esgoto, sensibilizar os beneficiários quanto à correta utilização e preservação dos serviços implantados e à redução do desperdício de água e energia elétrica, contribuindo para a melhoria do orçamento familiar.

Nestas ações, também estão previstos incentivos à instalação de projetos comunitários de produção artesanal com resíduos recicláveis e a proteção dos terrenos baldios, com implantação de jardins, hortas e pomares, inclusive como medida de proteção a novas ocupações, apoiando as campanhas de arborização.

Nas ações com o fim de geração de trabalho e renda, o objetivo é oportunizar aos moradores da comunidade o acesso às alternativas de qualificação profissional e de geração e aumento da renda familiar.

Ademais, o Trabalho Técnico Social é um conjunto de ações educativas, planejadas e adequadas à realidade da população residente na área de intervenção. O objetivo maior é a criação de mecanismos capazes de viabilizar a participação dos beneficiários nos processos de decisão, implantação e manutenção dos bens e serviços, a fim de adequá-los às necessidades e à realidade dos grupos sociais atendidos. Por fim, visa incentivar a gestão participativa, indispensável à sustentabilidade e ao sucesso dos projetos, que não decorrem somente dos investimentos, mas, principalmente do envolvimento da população atendida.

### 3.2. O PROGRAMA HBB MORRO DO MOCOTÓ

O Morro do Mocotó integra o maciço do Morro da Cruz e situa-se na parte insular do município de Florianópolis. Estima-se que no local morem cerca de 1.400 pessoas.

O local foi contemplado com um convênio da União, em julho de 2002, para desenvolver um Projeto de Urbanização com recursos do BID, por constituir-se um dos núcleos habitacionais sem critérios urbanísticos mais antigos da cidade e por se tratar de uma ocupação consolidada, com mais de 80% da população natural de Florianópolis. Outro critério que contribuiu para a escolha da comunidade foi o fato de ser uma área pública, sem problemas de ajuizamento, ou seja, não é uma área em litígio, sendo possível a efetivação da regularização fundiária.

O aspecto sócio econômico da região também foi relevante para a escolha da área, pois se trata de uma comunidade cuja renda familiar média, mensal, está abaixo de 03 salários mínimos. Por ser comunidade empobrecida, sofre o processo de dificuldades em todos os níveis, desembocando em alta evasão escolar.

Segundo consta no Regulamento Operacional do Programa HBB, as propostas de implantação de projetos integrados deverão obedecer alguns requisitos:

As áreas que apresentem, no mínimo, 60% dos moradores com renda familiar de até 03 (três) salários mínimos poderão ser objeto de intervenção, desde que atendam aos seguintes requisitos: a) ocupada por assentamentos subnormal há mais de 05 (cinco) anos, contados da apresentação da proposta; b) cuja localização configure situação de risco ou insalubridade, ou seja, objeto de legislação que proíba a utilização para fins habitacionais, nestes casos, em qualquer período de ocupação. (BRASIL, 1999b, p.24).

A prefeitura de Florianópolis, por meio de licitação, contratou a empresa Diagonal Urbana, para realizar uma pesquisa censitária em dezembro de 2001. Com o resultado desta pesquisa, foi possível caracterizar os imóveis e a infra-estrutura urbana, traçar o perfil sócio econômico da população, bem como as formas de organização e participação comunitária. De acordo com o trabalho realizado, no Morro do Mocotó foram cadastradas 366 famílias, com uma população aproximadamente de 1.329 habitantes que ocupam 346 domicílios.

O Programa HBB Morro do Mocotó abrangerá toda população através da urbanização da área, compreendendo algumas intervenções como: obras no sistema viário, alargamento e pavimentação de servidões, construção de escadarias e passarelas, correção do sistema de esgotamento sanitário, construção de 38 unidades habitacionais, melhorias em aproximadamente 75 residências. Inclui, ainda, a construção de equipamentos comunitários,

tais como: Creche; Centro de Convivência e Galpão de Geração de Trabalho e Renda. (FLORIANÓPOLIS, 2002).

O Projeto Integrado de Urbanização, Habitação e Participação Comunitária no Morro do Mocotó, está sendo desenvolvido através de 04 Subprojetos: Físico; Ambiental; Fundiário e Social.

O Projeto Físico constitui-se em ações básicas de infra-estrutura, tais como: drenagem e saneamento básico, contenção de encostas, bem como a construção de 38 unidades habitacionais e implantação de equipamentos sociais.

O Projeto Ambiental prevê o reflorestamento das áreas onde estavam edificadas as casas que foram demolidas e áreas que apresentam grandes devastações. Já o Projeto de Regularização Fundiária efetivará a regularização de toda área de intervenção – Morro do Mocotó.

O projeto Social, denominado Projeto de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social, é desenvolvido por meio de três macro-ações: Mobilização e Organização Comunitária (MOC); Educação Sanitária e Ambiental (ESA) e Geração de Trabalho e Renda (GTR).

Nas ações de MOC, o objetivo é instrumentalizar os moradores para a tomada de decisões e escolha acerca de todos os aspectos na vida em sociedade que as afetam, seja no grupo familiar ou através de organizações comunitárias. Em ESA, a pretensão é desencadear processo educativo de mudança de valores e práticas individuais e coletivas, estabelecendo inter-relação entre o novo ambiente construído, o ambiente natural e as condições de vida e de saúde. Já nas ações de GTR, o objetivo é oportunizar aos moradores da comunidade o acesso às alternativas de qualificação profissional e de geração e aumento da renda familiar.

As ações desenvolvidas a partir dessas três linhas de atuação têm como objetivo incentivar a manifestação dos usuários acerca do empreendimento em todo o seu processo, com o objetivo de adequá-lo às necessidades da comunidade, além de incentivar a criação de novos hábitos e atitudes frente à apropriação, utilização e manutenção dos equipamentos sociais implantados. Também são desenvolvidas ações no sentido de favorecer a geração de trabalho e renda, no intuito de propiciar à população condições de melhorar sua situação financeira. Estão previstas ações no sentido de fomentar a participação ativa da comunidade na recuperação e preparação tanto dos espaços que serão criados para o uso coletivo, quanto do meio ambiente. (CAMARGO, 2004, p.50)

A intervenção do trabalho social no Projeto de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social é executada, apenas por Assistentes Sociais, e fundamenta-se nos

princípios da participação comunitária, estimulando a geração de trabalho e renda e ainda a preservação do meio ambiente, ou seja, são ações que buscam a inclusão social dos cidadãos.

### 3.3 AS AÇÕES DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA DESENVOLVIDAS PELO SERVIÇO SOCIAL JUNTO AO PROGRAMA HBB MORRO DO MOCOTÓ

O Serviço Social, como abordado anteriormente, entre as ações que desenvolve junto ao Programa HBB, executa ações com a finalidade de oportunizar aos moradores atividades e alternativas que possam gerar o aumento da renda familiar, através da qualificação profissional e/ou formação de grupos de trabalho e produção.

A primeira ação de GTR desenvolvida na comunidade Morro do Mocotó foi a realização de uma pesquisa com os moradores, no ano de 2001, no intuito de conhecer o perfil laboral e as potencialidades produtivas dos mesmos.

Devido à disparidade do perfil laboral dos moradores, os interesses por cursos profissionalizantes foram os mais diversificados. No intuito de atender o maior número de solicitações, foram oferecidos diversos cursos à comunidade.

Através de articulações e parcerias com o Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis – IGEOF, nos anos de 2002 e 2003, foram viabilizados os seguintes cursos profissionalizantes para moradores do Morro do Mocotó:

- Auxiliar de cozinha;
- Camareira;
- Manicure, pedicure e depilação;
- Corte e Costura;
- Encanador e Eletricista;
- Artes plásticas (fantasias);
- Velas e sabonetes;
- Bijuterias;
- Empreendedorismo.

Entre os anos de 2004 e 2005, a equipe técnica social em parceria com o Centro de Integração Empresa Escola – CIEE, a pedidos da comunidade, ofereceram mais dois cursos profissionalizantes:

- Serviço Administrativo com Informática;
- Telemarketing.

No período de 2002 a 2005 foram oferecidas 204 vagas de cursos profissionalizantes para comunidade, porém, somente 138 moradores receberam certificado de conclusão de

cursos, totalizando 67,64% de aproveitamento das vagas.

Dos 67,64% dos moradores que concluíram os cursos, menos da metade iniciaram algum tipo de atividade relacionada à formação.

Os últimos cursos viabilizados pela Prefeitura, com recursos próprios, de contra partida do Programa HBB foram 02 (dois) cursos de manicure e 01 (um) de garçom, ambos atendendo solicitação dos moradores. Segundo informação da Assistente Social, responsável pelo Trabalho Técnico Social, cerca de 30% dos moradores que concluíram o curso de garçom foram encaminhados para o mercado de trabalho. Das mulheres que completaram o curso de manicure, apenas duas ou três começaram a trabalhar em casa, como autônomas.

Concomitantemente aos cursos, uma outra iniciativa foi organizada no ano de 2003. Neste ano foi implantado no Morro do Mocotó, o Projeto Frentes Temporárias de Trabalho (FTT), que organiza frentes de trabalho com caráter temporário e emergencial, com desempregados de ambos os sexos, residentes na comunidade, na tentativa de minimizar os problemas de desemprego e as precárias condições do meio ambiente da área.

Este Projeto foi idealizado pela Comissão do Meio Ambiente, formado por lideranças comunitárias e moradores das comunidades Nossa Senhora da Glória, Chico Mendes, Novo Horizonte e Monte Cristo, assessorados por assistentes sociais e educadoras sociais da prefeitura de Florianópolis. Pelo êxito do Projeto nas referidas comunidades, se pensou em implantá-lo também no Morro do Mocotó.

As frentes de trabalho prestam serviços de melhoria ambiental e promovem a sensibilização e mobilização da população em relação à poluição causada pelo lixo e orienta à manutenção, preservação e correta utilização dos serviços de saneamento básico e de infraestrutura implantados na região.

O Projeto une as necessidades prementes da população pela sobrevivência à um caráter educativo, de fortalecimento comunitário e nova consciência ecológica para tornar o ambiente de vida mais saudável e humanizado.

Ao total foram organizadas oito (08) FTTs entre o ano de 2003 até 2007. Cada grupo era composto por cinco (05) moradores que prestavam serviços durante três (03) meses e recebiam uma ajuda de custo equivalente a um (01) salário mínimo para realizarem atividades de limpeza nas comunidades e sensibilização dos moradores em relação às questões ambientais do bairro.

Após o encerramento das atividades do 8º grupo de FTT do Morro do Mocotó, em agosto de 2007, a equipe técnica social da Prefeitura se reuniu para avaliar o Projeto. Diferente dos resultados obtidos pela FTTs na comunidade Chico Mendes, observou-se que



no Mocotó, o Projeto não estava atingindo seu maior objetivo, qual seja a sensibilização da comunidade em relação ao lixo e ao meio ambiente. Por não haver um monitoramento freqüente junto aos grupos de trabalho, os partícipes muitas vezes não iam trabalhar, ou não cumpriam a carga horária diária estipulada, o que gerava vários comentários entre os moradores, propiciando intrigas entre o grupo e a comunidade.

Como resultado desta avaliação, optou-se por não dar continuidade as FTT, mas investir os recursos ainda disponíveis em atividades que, além de aumentar a renda da população, possa ter sustentabilidade. Daí ocorre a proposta de formação de uma cooperativa no local, a COOPERSOLAR, que será tema do próximo item.

### 3.4 O SERVIÇO SOCIAL COMO ARTICULADOR DO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA COOPERSOLAR

As ações de GTR desenvolvidas pelo Serviço Social durante esses 06 (seis) anos do Programa HBB Morro do Mocotó, não obtiveram os resultados pretendidos. Os cursos profissionalizantes, as oficinas e frentes de trabalho, por si só, não inseriram o indivíduo no mercado de trabalho e, dificilmente, conseguiram efetivas a geração individual de renda.

Segundo explicitado pela assistente social, entrevistada, responsável pelo Trabalho Técnico Social na referida comunidade:

[...] a gente sempre quis achar um meio de geração de renda para essas pessoas que não fosse mais só um meio que a gente tá acostumado, que seria o SENAC, toda vida o SENAC, oficinas [...]. A gente encaminhava as pessoas pelos cursos do PAIF, que é o Programa de Assistência Integral à Família, através do CRAS. Eles iam fazer curso de motor de moto, de panificação, confecção de lençóis, roupa de cama, confecções de enxoval para bebê [...], só que nada dava emprego, nada! Eles faziam [o curso] e depois se desinteressavam. Então, se tentou através do PAIF fazer alguns cursos, não se obteve o resultado esperado. Através do SENAC o gasto era maior ainda, porque o SENAC não cobra barato pelos cursos. A gente tentou vários [...], de garçom, de manicure, eletricitista, empreendedorismo [...]. Os últimos foram dois de manicure, a pedido da população, e um de garçom. Daí aconteceu que esses cursos não deram o retorno que a gente esperou. O de garçom, algumas pessoas se empregaram, mas assim, minimamente, talvez 30%. O de manicure, o que aconteceu? Tinha uma turma, o pessoal pediu tanto outra turma, porque tinha muita gente interessada, fizemos duas [turmas], conclusão: tem manicure esbarrando pelo Morro do Mocotó.

A fala evidencia a percepção que a assistente social tem em relação às práticas

rotineiras, que acabam sendo insuficientes para atender a demanda da população. No caso do Serviço Social, muitas vezes o profissional fica preso nas ações cotidianas e acaba não planejando suas ações, somando o desperdício de recursos à ineficiência das ações. Ainda, a fala da profissional acima evidencia que o saber específico do Serviço Social é insuficiente para garantir a inserção dos moradores no mercado de trabalho, ou seja, aponta para a necessidade de articulação de saberes com outros campos de conhecimento, como por exemplo, a economia e a administração, no sentido de se desenvolver estudos de viabilidade econômica e social dos cursos e de iniciativas empreendedoras, sendo estas solidárias ou não.

De outro lado, foi pensando em inovar as ações voltadas à geração de renda no Morro do Mocotó, que o Serviço Social buscou articular-se com instituições parceiras, no intuito de implantar um empreendimento sustentável. A idéia de formar uma cooperativa de produção surgiu através da participação em diversos encontros promovidos pela CAIXA.

A CAIXA, em consonância com as diretrizes do Programa HBB, através do acompanhamento dos projetos técnicos sociais, diagnosticou a carência na execução da macro-ação GTR em três das comunidades onde estão sendo desenvolvidos os Subprogramas de UAS, quais sejam: Região Chico Mendes e Mocotó, em Florianópolis e Morar Bem I, em São José.

Após este diagnóstico e considerando a necessidade de articulação entre os segmentos envolvidos, na busca de propostas para a efetivação da macro-ação GTR, nas comunidades referidas, a CAIXA organizou palestras com a finalidade de possibilitar o intercâmbio de conhecimentos para o enfrentamento dos entraves que estão impedindo a execução dos trabalhos.

Nas palestras realizadas, foram abordadas temáticas de geração de renda e alternativas para gerar trabalho à população. Dentro do que foi exposto nos eventos, o que mais despertou a atenção da equipe técnica social do Programa HBB Morro do Mocotó foi à proposta de formação de uma cooperativa.

A proposta do cooperativismo contemplou o desejo, tanto dos moradores quanto da equipe técnica social do Mocotó, de dar continuidade à produção de coletores solares, confeccionados a partir de materiais recicláveis, uma das práticas desenvolvidas dentro das ações de ESA.

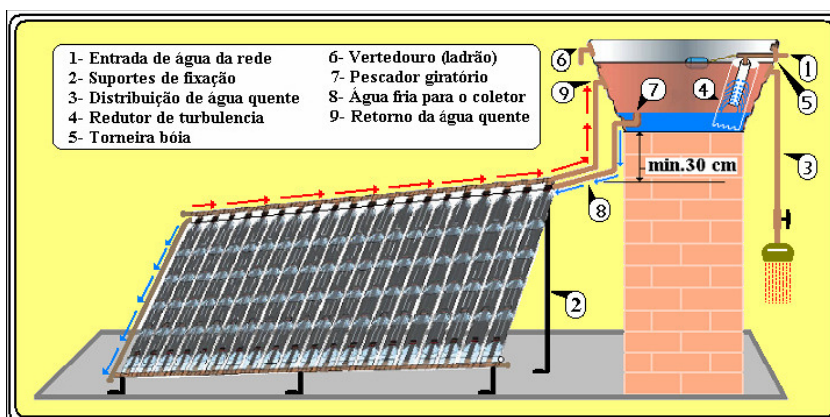
A produção dos coletores solares foi iniciativa da Consultoria Ambiental, contratada pela prefeitura de Florianópolis para executar ações de ESA. Partindo dos conceitos: repensar, reutilizar, reduzir e reciclar, a consultoria pesquisou alternativas práticas, possíveis parceiros e metodologia de implantação e apresentou aos moradores a proposta de construção de

coletores solares e forros ecológicos utilizando embalagens recicláveis, desenvolvidos de forma participativa, através de mutirões.

A tecnologia do coletor solar, invenção do Sr. José Alcino Alano, aposentado, residente em Tubarão - SC, que autorizou a replicação com fins sociais, consiste na montagem de um módulo, através de encaixes e colagem de garrafas pet e embalagens reaproveitadas de leite em caixa, que são instalados no telhado das casas e conectados à caixa d'água e permitem o armazenamento e distribuição de água aquecida pela energia solar.

A figura a seguir retrata o diagrama básico do um coletor solar confeccionado a partir de materiais recicláveis.

Figura 1. Diagrama básico de um aquecedor solar.



Fonte: Alano (2008, p. 06).

Apesar de o coletor em si ser de abordagem do técnico em engenharia, a implantação do mesmo envolve outras áreas de conhecimento. De acordo com a fala da assistente social do projeto:

O processo da formação da Cooperativa se deu [...] devido ao sucesso que teve o próprio objeto da cooperativa, que é o coletor solar. Quando a gente fez a experiência de implantar um coletor de material reciclável, isso repercutiu muito bem, tanto em nível do município, quanto do Estado, e também ocorreu uma premiação. Então com todos esses fatores do coletor solar ter sido premiado através das Melhores Práticas da Caixa Econômica e também ter sido inscrita no ODM, que é Objetivos do Milênio, nós achamos que seria um produto de fácil acesso pra população.

A prática dos coletores ganhou visibilidade após ser inscrita no “Concurso Melhores Práticas 2007/2008”, promovido pela Caixa Econômica Federal, e contemplada com um prêmio de vinte e cinco mil reais a serem aplicados em sua replicabilidade. Também ganhou

muita repercussão devido às notícias em jornais locais e reportagem no Globo Repórter.

O Serviço Social, enquanto partícipe no processo de implantação da Coopersolar, contribuiu na articulação com entidades parceiras como: CAIXA, Suportte Empreendedorismo e Planejamento e Centrais Elétricas de Santa Catarina – CELESC.

A articulação com a CAIXA ocorreu através da participação nos eventos promovidos pela referida instituição, como abordado em parágrafos anteriores, e através de várias reuniões, no qual, as equipes técnicas sociais, do Mocotó e CAIXA, se encontravam para pensar juntas propostas eficazes para dar continuidade às ações de GTR, bem como pensar o melhor modo de aplicar o valor do prêmio ganho através das “Melhores Práticas”.

Foi a partir desses encontros que surge a idéia de formar um grupo produtivo com os moradores do Mocotó. De um lado estava a prefeitura, com a necessidade de dar continuidade às ações de GTR e elaborar um projeto para aplicar os vinte cinco mil reais do “Prêmio Melhores Práticas”, que, por diretrizes do regulamento do concurso, o valor deveria ser aplicado na replicabilidade da prática dos coletores solares. Do outro lado, um grupo de moradores, que havia se apropriado da tecnologia dos coletores e desejava dar continuidade à produção. A empresa Suportte, por sua vez, apresentava a “receita” para conciliar os anseios e consolidar um empreendimento com a finalidade de suprir ambas as demandas.

O primeiro contato com a Suportte aconteceu em uma das palestras promovida pela CAIXA, no dia 30 de outubro de 2007, no qual, foi apresentado o trabalho que a empresa estava desenvolvendo no Centro Cultural Escrava Anastácia - CCEA, o de implantação da Incubadora Popular de Cooperativas - IPC. O assessor do CCEA e idealizador do IPC, em sua explanação, discorreu sobre o processo de implementação de uma cooperativa e sua lógica dentro da Economia Solidária, como uma possibilidade de geração de renda que transcendi a idéia do lucro, ampliando a visão de mundo.

Após a participação neste evento e conhecendo melhor o trabalho da Suportte, a equipe técnica social do Mocotó, contactou a referida empresa e agendou uma reunião, dia 22 de novembro de 2007, entre Prefeitura, CAIXA, Suportte, Lideranças Comunitárias do Mocotó e moradores que participaram das oficinas de coletores solares.

Nesta reunião a Suportte apresentou uma proposta de trabalho que agradou tanto a comunidade, representada ali por alguns moradores, entre eles, membros do Conselho Comunitário e algumas mulheres que participaram das oficinas dos coletores solares, quanto a Prefeitura e a CAIXA, que encerraram a reunião com uma nova expectativa.

Em seguida, a equipe técnica social contactou o Departamento de Administração e Finanças da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental – SMHSA para

verificar a melhor forma e os procedimentos a serem seguidos para contratação de Empresa de Consultoria Especializada para organizar e coordenar o processo de formação do empreendimento autogestionário na Comunidade do Morro do Mocotó.

Devido aos tramites burocráticos da Prefeitura, a licitação para contratação da Consultoria ocorreu somente dia 09 de maio de 2008. O processo de contratação ocorreu através de uma “licitação”, na modalidade “convite”, por “menor preço” sob o regime de empreitada por preço unitário, julgado em conformidade com a Lei nº. 8.666/93 e legislação complementar. Na referida data somente a Empresa Suportte se apresentou e acabou se habilitando.

Com a CELESC a parceria iniciou no ano de 2006, através da consultoria Ambientalís, quando a empresa viabilizou técnicos especializados na instalação dos coletores e forneceu ferramentas e materiais de obra para confecção dos módulos, nas oficinas de ESA.

Posteriormente, devido ao êxito da oficina de coletor solar e com a proposta de implantação da cooperativa, a equipe técnica social contatou novamente a CELESC no intuito de firmar uma parceria que garantisse a compra/venda dos 433 (quatrocentos e trinta e três) primeiros coletores solares, a serem instalados nas unidades habitacionais que serão construídas pelo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e nas casas do Conjunto Habitacional do Morro do Mocotó.

Em novembro de 2007 ocorreu a primeira reunião entre CELESC, CAIXA e Prefeitura. Nesta reunião, os técnicos sociais da CAIXA e Prefeitura fizeram uma breve explanação sobre o Programa HBB e a ação de GTR, no qual se pretendia implantar uma cooperativa de produção, tendo como produto principal o coletor solar. Sendo assim, a parceria da CELESC é de suma importância neste momento de inicial, para se obter êxito no empreendimento.

Segundo fala do Sr. José Alcino Alano, inventor da tecnologia, numa residência onde é instalado um coletor solar, a conta de energia elétrica pode reduzir até 30% do valor. As instalações dos módulos de coletores solares, nas unidades habitacionais das áreas consideradas de interesse social, propiciam a redução de consumo de energia elétrica influenciando diretamente na conta do consumidor e conseqüentemente diminui o índice de inadimplência. Neste contexto, a parceria entre CELESC e Prefeitura, além de beneficiar a comunidade com um empreendimento autogestionário, beneficiará ambas as instituições.

O acordo firmado entre Prefeitura e CELESC visa ações conjuntas para implantação da Cooperativa de Produção do Morro do Mocotó e venda dos primeiros módulos de coletores solares. Cabe a Prefeitura à contratação de uma Empresa de Consultoria Especializada para

organizar e coordenar o processo de formação do empreendimento, bem como a construção das unidades habitacionais do PAC adaptada para receber o coletor. Fica de responsabilidade da CELESC a compra dos 433 (quatrocentos e trinta e três coletores) coletores solares a serem instalados nas unidades habitacionais do PAC, bem como a capacitação dos instaladores desses módulos.

Ademais, o Serviço Social no processo de implantação da Coopersolar, segundo fala da Assistente Social:

[...] participou na questão do incentivo [ao grupo], da divulgação, de aglutinar essas pessoas [...] incentivar a questão da participação deles, que eles se sentissem pessoas ativas, de jeito nenhum a gente quis juntamente com a empresa, que fosse um trabalho de cima para baixo, então o Serviço Social já colocou desde o começo, desde o início, que tinha que ser uma coisa trabalhada desde a base, tudo bem conversado, todos os aspectos. A gente deixou bem claro isso, que nós queríamos um trabalho bem participativo, né. Um trabalho de inclusão que todos que quisessem participar pudessem entrar. Houve evasão de algumas pessoas, mais também muitas entraram, então foi no sentido assim, de deixar bem aberto, deixar um espaço pra que eles se sentissem a vontade né!

Prossegue sua fala dizendo:

O Serviço Social, ele trabalhou muito nesta questão de discutir internamente com a própria prefeitura, com a Caixa, com a comunidade, como seria essa implantação da cooperativa. E também buscou com quem se aliar nessa implementação. Foi aí que surgiram os contatos com a Economia Solidária, e se conheceu o grupo de jovens empreendedores, da empresa Suportte, e nós fizemos todos esses contatos de conhecimento e articulação.

Segundo Iamamoto:

“Um dos maiores desafios que o assistente social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir proposta de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo”. (1997, p. 08)

Com este direcionamento se enfatiza a contribuição do Serviço Social no processo de implantação da Coopersolar, não apenas como executor do empreendimento, mas como articulador e idealizador de um novo projeto, que rompe com as ações rotineiras e contribui na criação de mecanismos que visam inovar as ações desenvolvidas.

As articulações com instituições parceiras e com a própria comunidade, no anseio de dar continuidade ao trabalho, incentivou a criatividade dos profissionais que buscaram novas

possibilidades na própria realidade, dando seqüência as ações, agilizando cada vez mais o seu processo natural.

Na próxima seção serão abordados os primeiros passos no processo de organização da Coopersolar, bem como a motivação, perspectiva e visão dos moradores sobre o a efetivação e continuidade da cooperativa.

## IV A COOPERSOLAR E SEUS ASSOCIADOS: TRAJETÓRIA E DESAFIOS

Nesta seção será abordada a trajetória e os desafios da Coopersolar, a partir da perspectiva dos cooperantes. O objetivo é discorrer sobre os primeiros passos no processo de organização da cooperativa, a motivação que levou os moradores a participarem das reuniões de preparação para a formação da cooperativa, bem como a visão e perspectiva dos cooperados em relação ao empreendimento.

### 4.1 PRIMEIROS PASSOS NO PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DA COOPERSOLAR

O Processo de implantação da Coopersolar, como abordado anteriormente, ocorreu por está ser uma ação de GTR, inserida no Programa HBB e operacionalizada pela equipe técnica social, uma exigência do Subprograma de UAS.

Este processo iniciou através da participação da equipe técnica social do Mocotó em diversos encontros e reuniões com instituições parceiras, tais como CAIXA, Suportte Empreendedorismo e CELESC, no intuito de formar um grupo produtivo que pudesse dar continuidade a produção dos coletores solares.

O primeiro passo para a organização da Coopersolar ocorreu por meio de uma reunião, realizada dia 22 de novembro de 2007, entre Prefeitura, CAIXA, Suportte, Lideranças Comunitárias do Mocotó e moradores que participaram das oficinas de coletores solares, no qual foi apresentada, pela empresa Suportte, a proposta de formação de um empreendimento autogestionário, ou seja, uma cooperativa de produção.

Segundo fala do economista entrevistado, técnico e sócio da empresa Suportte:

O processo de organização da coopersolar [...] foi com um contato que a Caixa Econômica fez conosco, através do núcleo de economia solidária da UFSC, do Professor Armando de Melo Lisboa, que na época a gente atuava junto no Centro Cultural Escrava Anastácia do padre Vilson, na constituição da IPC. A gente apresentou a metodologia que a suportte estava aplicando lá, a metodologia agradou tanto a prefeitura como a CAIXA. Daí a gente foi pra comunidade, apresentamos a idéia para comunidade, como devia ser, e desde o começo já estávamos desenvolvendo as ações lá dentro. Então a partir daí a gente vem se reunindo semanalmente com a comunidade. É importante dizer que é um grupo que já vinha de um processo anterior, de conversas e ações, desenvolvido tanto pela prefeitura quanto pela ambientalís.



Pelo fato da proposta ter agradado tanto os moradores da comunidade quanto a equipe técnica social do Mocotó, os técnicos da empresa Suportte agendaram um segundo encontro, dia 28 de novembro de 2007, para conhecer melhor a comunidade e verificar o interesse dos moradores em serem partícipes do empreendimento.

Para o segundo encontro, os técnicos da Suportte solicitaram que fosse feita uma divulgação na comunidade, para que todos os interessados em participar da cooperativa estivessem presentes.

Nesta segunda reunião, estavam presentes aproximadamente 15 (quinze) pessoas, entre elas, 05 (cinco) mulheres que participaram das oficinas de coletores solares, oferecida pela Ambientalís Consultoria em parceria com CELESC, como uma das ações de ESA.

Ao perceber que os moradores se mostraram realmente interessados na formação da cooperativa, a empresa Suportte, mesmo antes de firmar algum tipo de contrato com a prefeitura, optou em dar início à primeira etapa da metodologia utilizada para implementação do empreendimento. Para o técnico entrevistado da Suportte:

A metodologia que nós estamos aplicando lá, ela tem quatro etapas fundamentais. A primeira diz respeito a etapas de entendimento do cenário, como o grupo tá envolvido, que proposta está envolvida, o entendimento do grupo na formação do grupo, porque formar um grupo não é juntar um amontoado de gente né, é um processo constante, em toda a dinâmica, do momento inicial né, até o fim [...].

Sendo assim, nos primeiros encontros realizados com a comunidade, o intuito foi de conhecer o grupo, conhecer a dinâmica do grupo, a visão e o interesse de cada partícipe, bem como identificar o potencial da comunidade e compará-los com as demandas do mercado.



Figura 2. Imagem das primeiras reuniões entre Suportte e Coopersolar.

Concomitantemente, a equipe técnica social do Mocotó começou o trabalho de divulgação da cooperativa na comunidade. Foram elaborados cartazes e mosquitinhos falando sobre o empreendimento e convidando a população a participarem das reuniões, que no início, aconteciam todas as quartas e sextas-feiras, no Centro de Convivência do Morro do Mocotó.

Além dos cartazes e materiais impressos de divulgação, a equipe social, em visitas à comunidade, passava em diversas casas informando sobre as reuniões. Também foram contatadas e convidadas à participarem das reuniões, pessoas que já haviam participado de algum curso profissionalizante, oferecidos pela prefeitura em parceria com o SENAC e IGEOF, mas que ainda não estavam inseridos no mercado de trabalho, bem como pessoas que já haviam procurado o plantão social por estarem desempregadas e a procura de algum tipo de qualificação profissional ou auxílio social.

Assim, durante os meses de dezembro de 2007 a maio de 2008 o grupo cooperativo continuou a se reunir duas vezes por semana. Neste período foram várias as atividades realizadas.



Figura 3. Imagem de uma das reuniões da cooperativa.

Nos primeiros meses a empresa Suporte buscou iniciar um processo de unidade dentro do grupo e suscitar afinidade entre os cooperantes da empresa e a comunidade. Os encontros permitiram identificar interesses e competências do grupo, bem como aprofundar conversas a respeito da alternativa de geração de renda que a empresa estava buscando desenvolver e demonstrar as oportunidades e ganhos que ela poderia gerar aos partícipes.

No mês de janeiro de 2008, as reuniões foram permeadas por noções de cooperativismo. Foi trabalhado com o grupo o conceito de cooperativa; a diferença entre cooperativismo e associativismo e como funciona uma cooperativa. Neste mês a participação chegou à média de 13 (treze) possíveis cooperantes por reunião.

Em fevereiro, as reuniões da cooperativa passaram a ser realizadas no Galpão de

Geração de Renda, um espaço construído pelo Programa HBB destinado às atividades que gerem renda para a comunidade. Neste local funcionará a sede da Coopersolar, como podemos visualizar na imagem a seguir.



Figura 4. Imagem do Galpão de Geração de Trabalho e Renda.

Entre os meses de fevereiro a maio, os encontros tiveram como objetivo a elaboração do Estatuto da Cooperativa. Todo processo de definição e composição do estatuto foi construído de forma participativa. Cada artigo foi lido coletivamente e explicado, item por item, para que não permanecessem dúvidas. Foi neste período também que houve a escolha pelo nome: Cooperativa dos Trabalhadores Amigos de Florianópolis – Coopersolar. A frequência média de partícipes neste meio tempo foi de 17 (dezessete) pessoas por reunião.

Dia 04 de junho de 2008, houve a assembléia para constituição da Coopersolar, ou seja, aprovação do estatuto da cooperativa e eleição para definir a diretoria da mesma. No dia da eleição havia 23 (vinte e três) cooperados que participaram da assembléia, número recorde de participantes por reunião.



Figura 5. Imagem do dia da Assembléia para constituição da Coopersolar.



Figura 6. Imagem da mesa que presidiu a assembléia.

Após a aprovação do Estatuto da Coopersolar e a eleição da Diretoria, as reuniões foram direcionadas para a elaboração do regimento interno da cooperativa. Até esta data, devido aos tramites burocráticos, o contrato da empresa Suportte ainda não havia sido assinado pela prefeitura, mesmo após de ter ganhado o processo licitatório que ocorreu dia 09 de maio de 2008, o que atrasou o início das capacitações produtivas e começou a desmotivar o grupo.

Na última semana de junho, o contrato com a Suportte foi assinado, porém, no dia seguinte a assinatura verificou-se erro no código que indica os serviços que serão prestados pela empresa, o que resultou na elaboração de um termo aditivo para retificar o contrato, retardando ainda mais o cronograma de atividades proposto pela Suportte.

Ainda no mês de junho, a equipe técnica social do Mocotó juntamente com a empresa Suportte e Caixa se reuniram para elaborar um projeto e encaminhar à Vonpar, solicitando parceria para este processo de implantação da cooperativa, principalmente no que diz respeito à aquisição de insumos para as oficinas de capacitações e para a confecção dos primeiros coletores solares.

Durante todos esses meses de atividades, a cooperativa conseguiu fazer um estoque grande de materiais recicláveis, como caixas de leite “tetra pak” e garrafas “pet”, o suficiente para a produção dos 30 (trinta) primeiros coletores, porém, sem o restante dos materiais necessário para confecção dos módulos, não foi possível iniciar as capacitações.

Diante da morosidade neste processo de implantação da Coopersolar, a participação efetiva dos cooperantes começou a baixar. O grupo colocava que não agüentavam mais reuniões, que queriam “*por a mão na massa*”.

Enquanto se aguardava a resposta da Vonpar em relação à aprovação do projeto e futura parceria, a Prefeitura efetuou a compra de materiais de obra para as oficinas de capacitação dos coletores, como canos, tintas, conexões, entre outros, com recursos do

Programa HBB, disponíveis ainda para as ações de GTR.

Como medida de precaução e no intuito de não permitir que o grupo se dissipasse, enquanto os materiais de obras adquiridos pela prefeitura não chegavam, a empresa Suportte propôs ao grupo cooperado a realização de um evento que pudesse angariar fundos, permitindo que a própria cooperativa tivesse condições financeiras para adquirir os materiais necessários para iniciar as capacitações.

Durante os meses de julho e agosto as reuniões foram direcionadas, então, para a organização de um bingo beneficente, com comes e bebês. Este teve o objetivo de angariar fundos para compra de insumos e com a finalidade de capacitar todos os cooperados a produzirem coletores solares a partir de materiais recicláveis, o principal produtos que será comercializado pela Coopersolar.

Neste período o grupo se mobilizou para arrecadar brindes a serem sorteados no bingo e alimentos para a produção de doces, salgados e porções a serem vendidos no dia do evento.

Paralelamente a este período, a Prefeitura assinou o contrato com a Suportte, o projeto encaminhado á Vonpar foi aprovado e a liberação dos materiais adquiridos, pela prefeitura, também foram entregues à cooperativa.

No mês de setembro então, com o dinheiro arrecadado pelo bingo beneficente, foi que se deu entrada da documentação da cooperativa na Junta Comercial, para o registro da Coopersolar.

Com o contrato da Suportte assinado, o projeto da Vonpar aprovado, o processo de registro da cooperativa encaminhado e com os materiais necessários para a confecção dos coletores disponíveis, iniciou-se então o processo de capacitação produtiva.



Figura 7. Imagem da capacitação produtiva dos coletores solares.



Figura 8. Imagem do coletor solar sendo confeccionado.

Um fator surpreendente para a empresa Suportte, bem como para equipe técnica social do Mocotó, foi que, ao se iniciarem as capacitações produtivas, o número de partícipes nas atividades foi diminuindo.

Meses atrás, as murmurações por parte dos cooperados estavam atreladas à “*muita conversa e pouca prática*”. Com a organização do bingo beneficente, mesmo com muitas lamentações, a participação efetiva permanecia na média de 14 (quatorze) a 17 (dezesete). Com o início das capacitações produtivas este número baixou para média de 07 (sete) participantes por atividade.

A proposta da Suportte para implantação da cooperativa de produção compreende a execução das seguintes etapas:

- Identificação do Grupo – nessa etapa algumas atividades buscam identificar semelhanças e diferenças de opinião e objetivos, à equipe cabe organizar esses fatores para o equilíbrio na condução do grupo e futuramente do empreendimento;
- Análise sócio-econômica-ambiental – a partir das características dos indivíduos é possível traçar um conjunto de objetivos do grupo, com esse resultado faz a comparação com a disponibilidade de recursos e de espaços no mercado;
- Formalização – processo de discussão, construção e registro dos aspectos legais da cooperativa;
- Dinâmicas e capacitações – serão realizadas em temas variados de acordo com a necessidade do grupo e a percepção dos facilitadores (ex: Economia Solidária);
- Desenvolvimento de produtos – a partir da definição do grupo de quais produtos a cooperativa vai comercializar faz-se a trabalhos de desenvolvimento de alternativas (linha de produtos) e os testes no mercado;
- Aprimoramento técnico – esse pode abranger tanto formação técnico gerencial, como aulas específicas (para grupos) de informática aplicada, custos e outros;
- Aprimoramento gerencial – essa é a formação necessária para que os gestores da cooperativa possam desenvolver atividades administrativas, contábeis e de planejamento;
- Estratégia de comercialização – será aplicado dinâmicas e



discutidos estratégias voltadas ao desenvolvimento comercial do grupo. (FLORIANÓPOLIS, 2008, p. 04)

Atualmente a empresa Suportte está executando a etapa de “Dinâmicas e Capacitações”, com duas atividades sendo trabalhadas concomitantemente, a capacitação de confecção dos coletores solares e capacitações (discussões) sobre economia, cooperativismo e solidariedade.

Neste processo de organização da Coopersolar, podemos considerar que houveram vários aspectos facilitadores e dificultadores.

Quanto aos aspectos facilitadores, podemos citar o próprio Programa HBB, com a construção do Galpão de Geração de Renda, que permite o incentivo a empreendimentos solidários e autogestionário. Ainda, por disponibilizar recursos financeiros, contribuindo para a contratação de uma empresa capaz de prestar consultoria e acessória neste processo de implantação do empreendimento, já que a prefeitura não dispõe de técnicos qualificados para este tipo de atividade.

Segundo fala da Assistente Social entrevistada:

A gente tem como facilitadores, eu vejo assim, a localização tanto da comunidade, como do galpão de Geração de Renda. O galpão é do lado da casa deles, então não dependem de ônibus, isso tudo é um facilitador. Qualquer problema vão em casa, resolvem e retornam, isso aí foi muito bom, o HBB ter pensado num galpão, num espaço produtivo, que ali daria pra fazer uma feira de troca, daria pra quem é artesão, colocar seus produtos, e também agora a cooperativa que tá acontecendo ali. Então um dos facilitadores é a proximidade, porque se a pessoa tiver que depender do ônibus depois de já ter feito algum tipo de trabalho durante o dia, daí fica mais complicado.

Outro facilitador é o próprio objeto da cooperativa, a tecnologia dos coletores solares. Foi através desta prática que a comunidade ganhou visibilidade, ao ser contemplada com o prêmio “Melhores Práticas” e através de várias reportagens e aparecimentos em aparelhos de comunicação.

Ainda como facilitadores se têm os parceiros, como Suportte, CAIXA, Vonpar, CELESC, bem como a comunidade do Morro do Mocotó e adjacência, que contribuem na arrecadação de garrafas pet e caixas de leite, insumos necessários para produção dos coletores solares, entre outros.

Os aspectos dificultadores deste processo podem ser identificados, na fala da Assistente Social entrevistada, como sendo:

[...] a questão da própria administração pública, a questão burocrática. Eu achei que foi difícil a formação porque nós contratamos uma empresa pra fazer essa assessoria à cooperativa, porque nós não temos “now-haw” pra isso, então foi contratado uma empresa. Essa empresa iniciou os trabalhos no final de 2007, e, até agora está com umas pendências, aí por questões de, tipo, de contrato. Ocorreram uns problemas, os contratos tiveram que ser refeitos, foi muito questionado também. A gente imagina que, é, internamente foi questionado, o próprio fato de se destinar o recurso que não foi pequeno, pro pagamento de uma empresa, pra que essa empresa trabalhasse com a Geração de Renda numa comunidade [...] então todo o recurso a gente tem que fazer o demonstrativo, porque que gastou aquilo, em qual tipo de ação, e eu acho que houveram uns questionamentos, mais nas sublinhas, assim, não foi nada muito, né! Por que fazer isso? Se realmente valeria a pena esse tipo de investimento. Isso demorou muito também, nos trâmites, eu acho que isso foi um dos impedimentos, em termos de burocracia da prefeitura.

A mesma entrevistada prossegue dizendo:

Agora, em termo de comunidade [a dificuldade] foi ter que criar essa credibilidade que até hoje, eu não sei se as pessoas realmente estão acreditando naquilo que estão fazendo. Estão se reunindo, mais será que elas estão vendo um futuro? Estão projetando? Ou será que é só uma coisa, porque, ah, agora tô meio livre! Tô com um pouco de tempo! Tô sem faxina, então eu vou lá ver o que que dá! Ou porque eu tenho algum grupo de amigos que vai, a fulana vai, a cicrana vai, então eu também vou. Mas eu não sei se eles realmente estão vislumbrando um crescimento do negócio como a gente já tá né! A gente já vê outros produtos sendo confeccionados, já estamos vislumbrando elas administrando os recursos, porque nós não vamos ter pra sempre essa consultoria junto, vai ser por um ano, mais meio ano de acompanhamento e quem sabe se conseguir algum recurso para renovar contrato, ou de um técnico ou outro pra dar acompanhamento. Mas a gente gostaria que elas, no prazo de dois anos por aí, já que começou há um ano atrás, elas estejam aptas para gerir, né? Eles mesmo administrar os problemas. O que pesou mesmo foram essas questões burocráticas de prefeitura, tudo demora, tudo é complicado, tudo tem que passar por algum outro órgão, é licitação, é uma comissão que analisa o processo licitatório, claro que é muito justo né, a gente sabe que tem que ser feito pra que não de mais tarde algum tipo de problema né, junto aos órgãos fiscalizadores.”

De acordo com a fala da Assistente Social, há três aspectos a serem considerados. O primeiro é o excesso de burocracia e a morosidade dos serviços públicos como dificultadores do processo de organização do empreendimento. O segundo, é que no tempo do andamento dos trâmites burocráticos, o grupo ficou se reunindo por um logo tempo, apenas para elaboração do estatuto e do regimento interno da cooperativa, sem de fato iniciar a produção, aguardando a concretização de tudo aquilo que se havia construindo “teoricamente”, contribuiu para o desestímulo dos participantes. Em terceiro, tem o aspecto relacionado à motivação dos próprios moradores para participarem da organização e efetivação do empreendimento, sendo esta motivação, por vezes, não muito explícita e clara.



Vale destacar ainda, a descredibilidade, historicamente construída, que a população tem à cerca dos órgãos públicos, também contribui para que os “possíveis cooperantes” não acreditem que o empreendimento possa dar certo.

Segundo fala do Economista entrevistado, técnico da Suporte, se referindo a morosidade e burocracia dos serviços públicos, coloca que:

Um dos dificultadores foi identificar as próprias dificuldades da estrutura de apoio ao nosso trabalho. A dificuldade foi a prefeitura de Florianópolis, a contratante da empresa que é a Suporte, acompanhada da Caixa Econômica, entender o que [...] tava se dando lá em cima. E quando digo a prefeitura não digo nenhuma figura de ponta que tava lá no morro com a gente, as assistentes sociais, mas a estrutura mesmo. A Prefeitura Municipal de Florianópolis, ela como o Estado brasileiro como um todo, o setor público como um todo, não que as pessoas não, mas a estrutura na análise burocrática, nas práticas, os elementos de desentendimento político foram e são os nossos maiores entraves.

Nesta fala pode-se entender que as instituições, com seus processos burocráticos, não entendem que, a morosidade na execução de suas ações interfere diretamente na motivação, nos anseios e perspectivas da população que aguarda os serviços prestados, sendo este, mais um dos aspectos dificultadores para a efetivação da cooperativa.

O Economista prossegue sua fala dizendo que:

[...] a constituição histórica de nossa sociedade é uma constituição patriarcal, clientelista e extremamente preconceituosa do ponto de vista das relações, de relações de poder. Isso no cotidiano de formação de um grupo é vivido, ainda mais em grupos de áreas vulneráveis [...] então o nosso maior desafio foi isso né, identificar essas dificuldades na comunidade [...]. Quando você tenta empoderar um grupo que historicamente foi, é tutelado e usado pelo próprio poder público, não só pelo poder público mas pelos donos do capital né, na cidade né, e tentar empoderá-los de novos saberes e dizer que eles agora são donos do próprio nariz, porque eles tem que tomar conta do que é deles, que eles tem que correr junto com a comunidade pra construir algo novo né, você não está apenas tentando convencer indivíduos, você tá querendo, nos estamos querendo é desconstruir um processo histórico de subalternidade, como diria Boaventura de Souza Santos.

Outros dificultadores identificados nesta fala são: a questão da cultura da subalternidade, expressa não apenas na exploração e dominação política, mas na exclusão econômica e social do indivíduo, no qual o reflexo é de não se sentir parte desta construção. Outro aspecto evidenciado pelo entrevistado é o assistencialismo acirrado, presente principalmente nas áreas de vulnerabilidade.

Entre os aspectos dificultadores abordados aqui, vale ressaltar a questão do

clientelismo e assistencialismo, intrínseco na referida comunidade, dificultando a inserção da mesma em atividades participativas, pelo hábito de receber benefícios pontuais e paliativos, sem envolvimento num processo reflexivo e construtivo de superação de seu modo de vida.

#### 4.2 MOTIVAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO: VISÃO DO COOPERADO

Neste item será abordada a motivação que levou os dos cooperados a participarem das atividades da cooperativa, bem como a visão que eles têm da Coopersolar hoje.

Para a elaboração deste e do próximo item, foram realizadas entrevistas com três cooperados, sendo um homem e duas mulheres. O homem entrevistado é o único cooperado que participou de todo o processo de implantação da Coopersolar, presente desde a primeira reunião até hoje. Todos são naturais de Florianópolis e residem a mais de vinte anos no Morro do Mocotó. Quanto à escolaridade dos mesmos, duas possuem o ensino fundamental incompleto e um nunca estudou. Uma das entrevistadas é presidente da Cooperativa e no momento trabalha com carteira assinada em uma empresa de limpeza e conservação.

As primeiras perguntas feitas aos entrevistados, dizem respeito ao que eles entendiam por Cooperativismo e por que a Coopersolar é uma cooperativa. As respostas foram diferentes, porém a primeira fala de ambos foi que não entendiam nada por cooperativismo. O primeiro entrevistado diz: *“por cooperativa eu não entendo nada, só que pelo que me falaram é a união do povo!”*. O segundo coloca: *“pra mim o cooperativismo é como se fosse uma solidariedade, todo mundo, uns ajudando os outros, um querendo botar pra frente o outro empurrando, e assim vai indo, pra mim é isso”*. Já o terceiro entrevistado responde:

Olha, eu até agora eu não entendi nada! E não me deixaram, os três não me deixaram nada explícito com um cooperativismo. Não deixou, não sei ainda, tô aqui, tô no grupo mais não sei. Eu claro que imagino que é uma cooperativa de, que tem que, como é que, tem que fazer renda [...] umas coisas assim! Mas que eles me deixou bem claro, pra isso que eu vim aqui, pra sabê o que era, mas até agora não, não entendi! Não entendo direito não. A palavra é de cooperação né? A gente tem que cooperar com alguma coisa, cooperativa!

Nas falas, foi possível perceber que não há ainda um entendimento claro, por parte dos cooperados, do que vem a ser o cooperativismo, fazendo com que os mesmo não consigam assimilar direito o que faz da Coopersolar uma cooperativa. Neste sentido destacamos as seguintes falas:

Por que a Coopersolar é uma cooperativa? É um trabalho! Eu sou meio ruim nisso [risos] o que eu posso dizer [silêncio] nossa! (Entrevistado 01)

Ih, agora tu me pegasse. Ah, devia ter estudado isso ontem então. Por que eu acho que é uma cooperativa? Ah, porque aqui, todos que aqui tão vindo né, querem uma renda extra, é o que mais eles querem né, e, aí sei lá! (Entrevistado 02)

Por que eu acho que é uma cooperativa? Pela, como eu posso te falar, por, [...] pelo trabalho deles né! Por, por ser um, um local de, de baixa renda, pra fazer, pra, pra fazer rendas pra eles, pros pobres né, pra isso que é um, por isso que é uma cooperativa! (Entrevistado 03)

A falta de entendimento sobre cooperativismo, bem como não saber por que a Coopersolar é uma cooperativa, interfere diretamente na relação que os cooperados têm com o empreendimento, o que pode estar relacionado com a falta de apropriação que alguns têm em relação à Coopersolar. Este aspecto também fica evidenciado na terceira fala, quando a entrevistada se coloca numa relação de exterioridade em relação ao processo, ao usar a terceira pessoa do plural (“eles”).

Em seguida foi questionado aos entrevistados como eles ficaram sabendo das reuniões e o que os levou a participar destas. As respostas foram as seguintes:

Nóis tava na reunião do Conselho Gestor, no caso, nós formemos uma quadrinha aí num grupo de cinco, um ia fazer outro não ia e começou a reunião [...] Ah, eu participei da reunião da cooperativa? Pra ver o pessoal trabalhá, eu queria ver movimentá isso, como quero ainda. Por isso que eu tô ainda, por isso tô aqui pra ver, pra ver funcioná, o pessoal fica desempregado e um emprego, um ganhozinho aqui perto pra eles é muito mais melhor, porque os que têm filho daí tão mais perto dos filhos. (Entrevistado 01)

Eu fiquei sabendo através da mãe. A mãe tava vindo, aí, tava viajando pra Brasília, tudo, daí ela comentou que ia abrir uma cooperativa, de teto solar, e que seria uma boa a gente participar. Aí eu perguntei pra ela quando era as reuniões e ela disse que era as sextas-feiras. Assim que eu fiquei sabendo eu comecei a participar [...].Pra ser sincera, pra sair mais de casa, porque eu não saía de casa e tava grávida naquela época e comecei vim e agora eu gosto. (Entrevistado 02)

Foi com uma amiga minha que falou. Uma amiga minha foi na minha casa, eu perguntei pra ela pra onde ela ia, ela disse que ia pra cooperativa. Eu disse assim, que isso? Que que é isso? [risos] aí ela falou: Ah uma cooperativa que a gente tá fazendo teto solar! Daí eu disse assim, éh! Vamos, vamos com nós. Eu disse: “ah num vô não”. Aí ela disse: “vamo Bia, vamo!!!”. Eu disse: “ah, hoje não, na próxima quarta eu vou”. Passaram-se três quartas que ela vamo vamo, e eu não fui. Daí passou um, daí, ah vô. Eu gostei. Aí vamo né Bia, poxa né,? daí acabou que eu fui. A gente tá tão distante, nossa amizade tá tão distante, e lá a gente vai se

inturmar mais, não sei o que anda acontecendo com a nossa amizade, que a gente era muito unida e agora a gente não tá. Uma coisa que a gente fica mais unida. Que era eu e a Dani né, uma coisa pra fica mais juntinha eu e tu. Então eu disse: “tá bom, vou”. Daí peguei e fiquei. (Entrevistado 03)

Através das falas dos cooperados, é possível identificar que, no primeiro momento, o contato de cada um deles com o grupo foi por “curiosidade”. Sendo assim, a participação iniciou por diversos motivos, porque a mãe chamou, porque gostaria de ficar perto da amiga, para poder sair de casa, e, entre a fala que mais chamou a atenção, para ver o empreendimento funcionar e gerar renda para o pessoal que está sem emprego.

Um outro aspecto a ser considerado são as influências das relações de vizinhança. Pode-se afirmar que elas são determinantes na decisão acerca da participação.

Em relação às dificuldades para a formação do grupo, as falas foram:

As dificuldades são a renda né, e o pessoal tá desanimado também uma parte por causa que já tão batalhando daqui dali e não vê renda, se torna difícil de trabalha. Não vê renda, nesse tempo todo que nós tamos aí, ninguém vê renda, e eles acha que é só chega, trabalha e recebe. Tem muita gente que acha que é assim mas não é, tem que produzi pra pode recebe. Eu já falei pra guria mais. Elas querem sabe? querem ganhá, quem vai trabalha de graça? (Entrevistado 01)

O que mais foi difícil foi, explicar pra todos que tavam entrando que o dinheiro não ia ser imediato, que a gente tem que trabalhar pra pode ganhar alguma coisa, mesmo assim eles não entendem, não querem vim, mas foi difícil e tá sendo difícil é isso! (Entrevistado 02)

Ai, mais dificuldade? Foram as pessoas mesmas. Foram eles mesmos, as pessoas, porque uns queriam, outros não queriam e daqui a pouquinho todos queriam, e não queriam mais, e, ta assim até agora, tá, tá acabando aos pouquinhos, a cooperativa, pena né? (Entrevistado 03)

Com as falas acima, em duas ficam mais evidentes a menção à renda. Ou seja, a demora no resultado concreto do acesso a renda. Já a última menciona o aspecto das dificuldades relacionais, de interação e entendimento no grupo. Ademais, os entrevistados foram questionados a respeito dos dificultadores para a Coopersolar efetivamente entrar em ação. As respostas foram as seguintes:

A dificuldade maior agora tá em juntá o pessoal tudo de volta que, eles somem por problema de, de renda né? Na hora que eles vê que vai produzi e vim alguma coisa, eles vão voltá, na verdade ninguém, ninguém desisti mais, não assina nada, eles querem saí e num que, não desiste enquanto eles não vê, só que não tão vindo, porque num tá aparecendo nada. A maior dificuldade tá aí. Na hora que assinar o contrato, pra assina o pessoal vão

vim, eles tendo a certeza que foi assinado o contrato daí tem a certeza que vai entrar dinheiro. (Entrevistado 01)

Para que saia do papel, como dizem? É assim oh, faltam as pessoas que não tão vindo, falta de interesse no caso da gente né! Sei lá, tem tantas outras coisas que ta fazendo com que a gente desista. É, muita mentira ta tendo, muito ah vai ter e não tem, a gente quer vim mais, perdemos toda a esperança. Oh, na real mesmo é assim, a prefeitura fez um pouco da parte dela que ela tinha combinado que ia comprar o material, beleza, deu, né! Chorou, chorou mais deu. Depois tem esse negócio da Vonpar que era pra ter saído e não saiu. Depois teve o processo com os meninos, que era pra eles ter registrado há muito tempo a cooperativa e não registrou. Agora que foi registrada faz uns dias. E depois tem, é, como eu disse no começo, as pessoas que não estão vindo, é porque não, é porque muitas que tavam aqui, já tão trabalhando, já conseguiram emprego em outro lugar, não tão mais esperando. Outras não estão de teimosas. A maior dificuldade que nós estamos enfrentando hoje é vender esses coletor mesmo. É a venda. Porque ta difícil. (Entrevistado 02)

Faze as pessoas ficarem aqui. Faze eles vim pra cá, permanecer, querer ficar aqui. Já fizemos café, já fizemos bolo, já inventamo um monte de coisa mais não adianta! (Entrevistado 03)

Fica perceptível que a demora da implantação da cooperativa e resultados concretos decorrentes da mesma, são dificultadores. Podemos considerar que a existência da cooperativa depende desta dar resultados concretos e imediatos para os cooperantes. Outro aspecto, colocado pelo último entrevistado, diz respeito à viabilidade econômica do empreendimento, ou seja, para a cooperativa existir, é preciso que ela venda seus produtos. Sem isto, não há trabalho interno na cooperativa. Esta fala evidencia a lucidez do entrevistado em relação à realidade de sobrevivência da própria cooperativa, o que é muito interessante.

#### 4.3 PERSPECTIVAS DOS COOPERANTES

Para mensurar as perspectivas dos cooperantes em relação à Coopersolar, foram feitas três perguntas. Primeiramente foi questionada a perspectiva do cooperado na Coopersolar, ou seja, enquanto partícipe deste empreendimento. As respostas foram as seguintes:

Eu espero que isso daqui váia pra frente. Todo meu esforço é para que isso daqui váia pra frente, e já não saí mesmo porque eu quero vê isso daqui. (Entrevistado 01)

Sinceridade, a minha é que não vai dar em nada. Minha mesmo, tanto é que eu já me afastei bastante. A minha é que não vai dar em nada, a gente ta, ta lutando contra a maré. Tamos esperando uma coisa que não vai vir. (Entrevistado 02)

As minhas, de cresce, eu quero cresce, eu quero fazo mesmo! Dizer tá vendo lá oh, tem a minha mão lá! Tem eu lá, eu ajudei a faze, sabe! Não, quando não vem ninguém dá uma tristeza. Eu quero, quero mesmo, quero que isso aqui cresça, eu... Imagina! Quero mesmo, pô no Morro, né! Dando a oportunidade pro um monte de gente, e ninguém tá enxergando. Não sei, ninguém tá enxergando! (Entrevistado 03)

Diante às falas dos cooperados, percebe-se que apenas o terceiro entrevistado conseguiu fazer a interpretação da pergunta e responder a perspectiva dele na coopersolar, que é “*de crescer*”, de ajudar e fazer parte da construção de um empreendimento que deu certo. As respostas dos outros dois entrevistados, diz respeito ao futuro da coopersolar. Um torce para que de certo e se esforça para isso, enquanto o outro diz que “*não vai dar em nada*” e pensa em desistir.

O segundo questionamento foi a respeito de como eles imaginam a cooperativa daqui há alguns anos. Responderam que:

Meu sonho é ter um galpão maior que esse daqui. Com bastante gente, toda comunidade vindo trabalhando, tendo a renda deles aqui próprio, aqui perto de casa, entendesse? Meu sonho é isso aí. Toda vida foi isso. É por isso que me esforço aí, faço uma coisa faço outra, pra pode facilita o trabalho deles. Faço uma mesa, facilita, procurando facilita as coisas pra rende. Pra não acumula. Os negócios das taubas, das caixas, tava tudo lá no chão pra pinta, daí fiz aquelas prateleiras pra, num vai ocupando muito lugar. Pra pinta os canos em pezinho, ali é muito mais fácil pra pinta. (Entrevistado 01)

Se continuar como esta [referindo a baixa participação], com as portar fechadas! Cada um fazendo outras coisas. Agora se ela for realmente pra frente, aí sim, aí vai da, vai ser uma nota, digamos 10. Mais como ta!!! Não vai durar dois anos. (Entrevistado 02)

Ah, eu imagino, eu imagino vê essa sala, ali [aponta para o maior salão do local], com um monte de gente, [risos], dá-lhe, dá-lhe vamos gente que, que, tá faltando pouco tempo pra gente entregar essa entrega, monta isso tudo, vamo que o nosso prazo tá no laço! Vamo embora, eu quero, eu penso isso, penso que lá na outra salinha [aponta para sala onde vai funcionar o escritório] já vai tá cheia, vai ter um caminhão ali esperando só pra botar dentro e já leva [risos], uma salinha, uma salinha uma pessoa ta ali no computadorzinho mexendo pra vê quem vai pra vê quem veio, é assim que eu penso né! Crescer mesmo. (Entrevistado 03)

É notável na fala dos entrevistados um e três o quanto eles desejam e acreditam que a Coopersolar pode vir a se efetivar, e ainda com êxito. Não é fácil ter este olhar quando as circunstâncias falam o contrário. Faz um ano que o grupo está se reunindo, discutindo, projetando, mas até hoje não se tem nada de concreto, e mesmo assim, há pessoas que sonham a acreditam em um dia ver este empreendimento funcionando. Na fala do segundo

entrevistado, vemos que ele, mesmo sabendo que se as coisas continuarem do jeito que está, sem a participação dos cooperados, a tendência é “fechar as portas”, nas entrelinhas, ainda acredita que a cooperativa possa dar certo, basta à mudança de atitude de cada partícipe do grupo. É perceptível nesta fala que a descredibilidade não está no empreendimento, mas sim nas pessoas que compõem o grupo.

Por fim, a terceira pergunta indaga sobre as perspectivas da Coopersolar, no qual, as respostas foram:

Não sei, um pouco ela ta caminhando pra isso [para se efetivar], deis da hora que eles [comunidade] vê a parte financeira, o negócio é subi, caminha pro dobro disso daqui. Pela população que nós temos aqui no morro, isso aqui pertinho de casa, do outro lado, todo mundo vai quere pega ônibus? Vai é quere fica aqui. Essa é a força do pessoal, e a minha também, minha intenção. Eu tenho filho, tenho neto, tudo pode ta aqui [trabalhando] pertinho de casa. Ela é considerada cooperativa pra faze a união do pessoal, trabalhando, não tem patrão, eles mesmo vão se esforçar pra trabalhar, pra produzi pra eles. A força da Coopersolar, a força maior é essa. O que eu pretendo, o que eu quero e eu to pedindo pro pessoal é que eles não tão comparecendo. Se dissé que a gente se importa, um só se esforça e os outros não! Eu até entendo, eu ainda, eu não tô aposentado, mais ainda tenho uma rendazinha, e eles, os outros que não tem? Por isso que eu tô mais aqui. Eu tô porque tenho uma michariazinha mais dá pra mim sobrevive, e os coitados aí que não tem? Essa parte, ainda tem que olha pra esse lado. Essa é minha opinião. (Entrevistado 01)

Não! Pelo que a, tudo que a gente vem acompanhando até agora têm [perspectiva]! Todo mundo espera que ela vá, que vá bastante pra frente, que dure uns dois, três, quatro anos, mais com tanta dificuldade eu não creio que vai muito não! É uma pena, é uma coisa tão bonita tão, tem tudo pra dá certo, não, não ta dando certo né Tati! Porque nós éramos em vinte dois, agora tamos em que? Em cinco, seis só. Em cinco, seis não vai faze, pois é, faz diferença mais não tanta, é isso, infelizmente. (Entrevistado 02)

Eu acho que não tá caminhando pra isso não [crescer]. Eu acho que tem 20, 21 pessoas na cooperativa, eu acho que só três qué isso, o resto já não pensam a mesma coisa. Já não qué não. Quere qué, mais só que não, não sei porque acho que tem muitos que, que acabaram se, que na época não tava trabalhando e agora já tão, não conseguem mais aquele ritmo, que é a Dani. A Dani na verdade ainda não encaixou no ritmo dela, quando ela começou aqui ela tava na licença maternidade, acabou a licença maternidade dela ela teve, ela voltou a trabalhar, não tem creche pro filho dela, e aí? Tá bem difícil, bem difícil mesmo. Pra mim é só as pessoal não ter força de vontade, Se eles vinhesse, tivesse mais força de vontade, eu acho que tudo acontecia. Sem eles já não dá. Só eu e o seu Reni e a Cristina não dá, não dá mesmo. Eu gostaria muito. (Entrevistado 03)

Tendo por base o exposto na fala do entrevistado um, a Coopersolar tem perspectiva de crescimento à medida que a comunidade perceber que este é um empreendimento que pode

vir a beneficiar a todos. Ainda nesta fala, podemos elencar três vantagens que a Coopersolar oferece, garantindo sua continuidade e crescimento, entre elas: proximidade das casas; ser dono do próprio negócio e poder trabalhar junto ou perto da família.

Já na fala do entrevistado dois, novamente retrata a incredibilidade que ela tem nas pessoas e não no empreendimento. Para essa entrevistada, o que falta é a apropriação da cooperativa pelos cooperantes. Nas entrelinhas pode se ler que, a partir do momento que as pessoas resolverem voltar a participar, o empreendimento se efetiva.

A fala do terceiro entrevistado evidencia que a falta de participação pode levar ao fim da cooperativa antes que ela venha se efetivar. Ao mesmo tempo em que analisa a ausência de participação como sendo falta de vontade, admite que é difícil para algumas pessoas ficarem o dia todo em função da cooperativa sem estar recebendo nada por isso. Coloca que as pessoas estão atrás de renda, de fazer algo que tenha resultado imediato.

No que diz respeito à motivação, perspectiva e visão dos moradores em relação à Coopersolar, o primeiro entrevistado acredita que a Coopersolar é uma ótima oportunidade de gerar trabalho. Grande parte dos moradores que estão desempregados podem ser beneficiados pelo fácil acesso de se associar. A maior dificuldade em formar o grupo está na falta, imediata, de renda. A maior parte das pessoas não entende que enquanto estão sendo capacitadas não recebem por isso. Acredita que a partir do momento que começar a produção e venda dos produtos, tanto a inclusão quanto à participação das pessoas vão acontecer naturalmente. Sonha em ver o empreendimento se expandir e empregar a maioria dos moradores, mas pensa que hoje a Coopersolar não está caminhando para isso.

A segunda entrevistada não tem perspectivas em relação à Coopersolar. Acredita que o empreendimento pode vir a se efetivar, mais isso está atrelado à participação dos cooperantes. O empreendimento não pode se gerir sozinho. Pensa que a morosidade no processo de implantação da cooperativa desestimulou a participação. Acredita que a Coopersolar tem potencial, porém, os cooperados não estão sabendo administrá-lo.

Por fim, a terceira entrevistada tem grandes sonhos dentro da cooperativa. Quer ser partícipe no processo de construção da Coopersolar. Imagina que a cooperativa vai crescer muito, pois tem potencial para isso, desde que as pessoas entendam que o empreendimento tem tudo para ser sustentável. Acredita que hoje a Coopersolar não está caminhando para sua efetivação, para isso falta participação, união e colaboração de todos.

Por fim, com o que apresentado nesta seção, vale destacar, que a Coopersolar ainda é uma idéia. Ela está juridicamente organizada, mas não de fato desenvolvendo concretamente a sua finalidade de produção.



## V CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente trabalho foi analisar o processo de implantação da Coopersolar no Morro do Mocotó, bem como a contribuição do Serviço Social e a visão dos moradores. Para tanto foi realizada uma pesquisa bibliográfica e utilizados os seguintes instrumentos e técnicas: observação participante e entrevista.

Os resultados obtidos com a pesquisa bibliográfica foram que as políticas públicas de geração de trabalho e renda, desenvolvidas hoje no Brasil, através do Ministério do Trabalho e Emprego, são insuficientes para atender a demanda da população por emprego. Neste contexto, a economia solidária surge como inovadora alternativa de geração trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social.

Como o grande desafio do dias atuais é a criação de novos postos de emprego, o cooperativismo, na lógica da economia solidária, surge como um mecanismo eficaz em resposta a essa demanda.

Através da observação participante e entrevistas, foi possível identificar que o processo de implantação da Coopersolar tem sido um grande desafio para o Serviço Social devido à insuficiência de saberes específico que o capacite a trabalhar dentro da lógica de iniciativas empreendedoras, que gere trabalho e renda à população.

Neste sentido, fez se necessário à realização de um trabalho interdisciplinar, no direcionamento de articulação com outros campos de conhecimento, o qual tem permitido o aprimoramento das ações desenvolvidas.

A contribuição do Serviço Social neste processo de implantação da cooperativa foi, em grande parte, de articulador com as instituições parceiras e intermediador entre prefeitura, empresa contratada e órgãos fiscalizadores do Programa HBB, buscando idéias e parcerias para a efetivação do empreendimento. Também contribuiu no incentivo à formação do grupo, chamando pessoas e divulgando a cooperativa.

Na visão dos técnicos entrevistados, a perspectiva em relação à Coopersolar é grande e concordam entre si que o empecilho maior neste processo foi e ainda está sendo a morosidade no desenvolver das ações, tanto por parte da Prefeitura, como por parte das instituições parceiras, que afetam diretamente na motivação da comunidade.

Outro aspecto presente neste processo é o assistencialismo e clientelismo, características intrínsecas na comunidade, que interfere diretamente na participação dos cooperados.

No que diz respeito motivação, perspectivas e visão dos moradores, segundo os

entrevistados, a Coopersolar é um empreendimento que pode vir a se efetivar na comunidade, porém o maior empecilho no ponto de vista dos moradores é a participação. Queixam sobre a instabilidade do grupo, que chegou ter a participação média diária de 24 pessoas por dia e no atual momento, o máximo que conseguem se reunir são 07 pessoas.

Em relação ainda à participação, os cooperados que não estão comparecendo nas atividades, quando abordados e solicitados a assinarem uma declaração de desistência, os mesmos se recusam, com promessas de que vão voltar a participar. Isso leva a crer que até mesmo as pessoas que não participam, que em seu discurso a cooperativa não “*vai dar em nada*”, no fundo tem a perspectiva que um dia poderá dar certo e “*não quer estar longe disto*”.

Consideramos que o Serviço Social tem muito a contribuir neste tipo de espaço como os empreendimentos solidários, atuando na perspectiva do fomento ao engajamento e participação, bem como a atuação da qualificação das relações internas. Neste sentido, sugerimos que as oportunidades de estágio curricular nestes espaços, sejam mantidas.

## REFERÊNCIAS

ABAD, Miguel. Crítica política das políticas de juventude. In: **Políticas Públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

ALANO, José Alcino. **Manual sobre a construção e instalação do aquecedor solar com descartáveis**. 2008. Disponível em:  
<http://josealcinoalano.vilabol.uol.com.br/manual/manual.pdf> . Acesso em 08 dez. 2008.

BARCELLOS, Ana Paula da Silva de. **A evolução das cooperativas de trabalho no Brasil : uma resposta à atual fase de transição do sistema mundo capitalista**. Florianópolis. 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Economia.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 2. ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1986.

BRASIL. Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano. **Manual do Programa Habitar Brasil BID - Orientações do Subprograma Urbanização de Assentamentos Subnormais**. Brasília, 1999a.

\_\_\_\_\_. Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano. **Programa Habitar Brasil BID/Regulamento Operacional**. Brasília, 1999b.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **COTS – Caderno de Orientação Técnica Social OGU**. Brasília, 2002.

CAMARGO, Edilaine. **O Programa Habitar Brasil BID e a participação comunitária: reflexões sobre a forma de implementação na comunidade do Morro do Mocotó**. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.

CANÇADO, Airton Cardoso . Para a apreensão de um conceito de cooperativa popular. In: CANÇADO, Airton Cardoso; PEREIRA, José Roberto; SILVA JÚNIOR, Jeová Torres. (Org.). **Economia solidária, cooperativismo popular e autogestão: as experiências de Palmas/TO**. 1 ed. Palmas: NESol/UFT, 2007, v. , p. 45-71.

CANÇADO, Airton Cardoso; JÚNIOR, Jeová Torres Silva; RIGO, Ariadne Scalfoni. Princípios da Preocupação com a Comunidade ou Responsabilidade Social? Uma abordagem baseada na teoria da dádiva. In: **V Encontro de Pesquisadores Latino-americanos de Cooperativismo**. Ribeirão Preto-SP. 2008. CD-ROM

CATARINA, Maria Aparecida Napoleão. **Programa Habitar Brasil BID: reflexões sob a ótica sistêmica**. Monografia. Especialização em Gestão Urbana, ESAG, Florianópolis, 2003.

DATTE, Antonio Carlos. Cooperativas de Trabalho: uma alternativa ao desemprego. **Integração**. São Paulo v.8, n.29, p.90-98.

FLORIANÓPOLIS. **Política Habitacional de Florianópolis**. Versão Preliminar. 2002.

FLORIANÓPOLIS, Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental. **Proposta de Consultoria Suporte Empreendedorismo e Planejamento**. Florianópolis, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Metodos e tecnicas de pesquisa social**. 2a ed. São Paulo: Atlas, 1989.

GUERRA, Ana Carolina; TOLEDO, Dimitri Augusto da Cunha; OLIVEIRA, Benedito Anselmo Martins de. O Cooperativismo como Estratégia de Desenvolvimento: a atuação das cooperativas populares. In: **V Encontro de Pesquisadores Latino-americanos de Cooperativismo**. Ribeirão Preto-SP. 2008. CD-ROM

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas**. Fortaleza: CRESS-CE, 1997.

LIMA, Jacob Carlos. O trabalho autogestionário em cooperativas de produção. A retomada de um velho paradigma. In: **XXVII Encontro Anual ANPOCS**. Caxambu, 2003.

MAAR, Wolfgang Leo. **O que é política?** 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994 (Coleção primeiros passos 54)

MANDADORE, Ana Paula Carletto. A Identidade dos trabalhadores e a escolha pelo trabalho cooperativo. In: **V Encontro de Pesquisadores Latino-americanos de Cooperativismo**. Ribeirão Preto-SP. 2008. CD-ROM

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Disponível em: < <http://www.mte.gov.br/> > Acesso em: 05 de nov. 2008.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. Disponível em: [http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/evolucao\\_no\\_brasil.asp](http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/evolucao_no_brasil.asp). Acesso em 20 de nov. 2008.

PAIVA, Luiz Henrique. O dilema do financiamento orçamentário das políticas públicas de emprego. Ipea. 2006. Disponível em < [http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt\\_30e.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_30e.pdf) > Acesso em: 12 de out. 2008.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

PICCININI, Valmiria Carolina. Cooperativas de Trabalho de Porto Alegre e flexibilização do trabalho. Porto Alegre, 2004. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222004000200004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222004000200004&script=sci_arttext). Acesso em: 20 de out. 2008.

RUA, Maria das Graças. Análise de Política Públicas: Conceitos Básicos. In: **O Estudo da Política: Tópicos Selecionados**. Brasília: Paralelo 15, 1998. Disponível em: <http://pt.oboulo.com/query.php?S=&T=&q=an%E1lise%20de%20pol%EDticas%20p%FAblicas%20conceitos%20b%E1sicos&L=&N=&E=&start=0&order=DESC&ratio=1&sort=identificer&documentId=20116>>. Acesso em: 12 out. 2008.

SILVA, Maria Dolores Thiesen. **A política pública de trabalho e emprego em Santa Catarina : contextualização e questionamentos**. Florianópolis, 2003. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

SINGER, Paul. Economia solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo. In: **Proposta**. n. 72, março/maio de 1997

\_\_\_\_\_. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002, 130p.

\_\_\_\_\_. **Economia Solidária: Possibilidades e desafios**. Revista Proposta: trabalho e desenvolvimento humano. Ano 30, n.88-89, p.15-23, mar./ago., 2003.

.VEIGA, Sandra Mayrink; FONSECA, Isaque. **Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação**. Rio de Janeiro: FASE, 1999, 134p.

VIEIRA, Arlete Candido Monteiro; RICCI, Fabio. Cooperativas Populares de Produção: potencialidades, limites e desafios no enfrentamento ao desemprego. In: **V Encontro de Pesquisadores Latino-americanos de Cooperativismo**. Ribeirão Preto-SP. 2008. CD-ROM

## **APÊNDICE 1**

“A Implantação da Cooperativa Amigos de Florianópolis – COOPERSOLAR:  
Contribuições do Serviço Social e a visão dos moradores”

### **ROTEIRO PARA ENTREVISTAS**

#### **Perfil dos Entrevistados:**

**Nome:** \_\_\_\_\_ **Idade:** \_\_\_\_\_

**Sexo:**

☐ Feminino ☐ Masculino

**Estudou até que série:** \_\_\_\_\_

**Desde quando reside na comunidade:** \_\_\_\_\_

**Está trabalhando:**

☐ Sim ☐ Não

**Onde?** \_\_\_\_\_

**Com CTPS:**

☐ Sim ☐ Não

**Para exercer esta atividade / ou trabalho, fez algum curso de capacitação:**

☐ Sim ☐ Não

**Qual?** \_\_\_\_\_

**Caso desempregado:**

Último emprego: \_\_\_\_\_

Tempo desempregado: \_\_\_\_\_

**Questões Fechadas (Cooperantes):**

1. O que você entende por Cooperativismo?
2. Por que a Coopersolar é uma cooperativa?
3. Como soube das reuniões para formação da Cooperativa?
4. Por que foi participar das reuniões?
5. Na sua opinião, quais foram as dificuldades no processo de formação do grupo?
6. Hoje, quais são as dificuldades para a Coopersolar entrar efetivamente em ação?
7. Quais as suas perspectivas na Coopersolar?
8. Como você imagina esta cooperativa daqui há alguns anos?
9. Quais as perspectivas da Coopersolar?

**Questões Fechadas (Técnicos)**

1. Como se deu o processo de implantação da Coopersolar? Quais as estratégias / técnicas utilizadas?
2. Qual foi o papel do Serviço Social / Economia neste processo de implantação da Coopersolar?
3. Quais os dificultadores neste processo de implantação da Cooperativa?
4. Quais as suas perspectivas em relação à Coopersolar? Como você imagina esta cooperativa daqui há alguns anos?
5. Onde se formou e há quanto tempo?
6. Buscou qualificação específica para atuar com cooperativismo? De que tipo?